RACISMO E DISCRIMINAÇÃO

Coordenadora:

Fernanda Peixoto (Cebrap/Unesp)

Expositores:

Eduardo H. P. de Oliveira (Ibase)

Sérgio Adorno (NEV-USP)

Sônia Corrêa (Ibase)

Sueli Carneiro (SOS Racismo-Geledés)

Debatedores:

Antônio C. Arruda (Conselho da Comunidade Negra)

Vera Silva Telles (USP)

Fernanda Peixoto — Esta mesa foi organizada para que possamos pensar com um pouco mais de cuidado o racismo e a discriminação, tendo em vista o hiato existente no Brasil entre a legislação, moderna, e as práticas discriminatórias que observamos no cotidiano.

Seria oportuno discutirmos certos mecanismos institucionais criados para tratar de casos de discriminação, como, por exemplo, a Delegacia de Crimes Raciais, ou então a atuação de organizações também voltadas para a prestação de assistência jurídica às vítimas da discriminação, como o SOS Racismo. A contribuição da mesa de hoje é fazer uma discussão mais ampla sobre o problema, tendo como referência alguns casos específicos.

Dito isto, gostaria de apresentar os componentes da mesa. Como expositores, Sônia Corrêa, do Ibase do Rio de Janeiro; Eduardo de Oliveira, sociólogo, também do Ibase; Sueli Carneiro, do Geledés e do SOS Racismo; e o professor Sérgio Adorno, do Núcleo de Estudos da Violência da USP e do Departamento de Sociologia da mesma universidade. Como debatedores, a professora Vera Telles, do Departamento de Sociologia da USP, e Antônio Carlos Arruda da Silva, do Conselho da Comunidade Negra.

Sueli Carneiro — O SOS Racismo é um serviço de orientação e assistência jurídica oferecido à população negra nos casos de discriminação racial, que faz parte do programa de direitos humanos do Geledés e tem por objetivo conscientizar a população negra com relação aos seus direitos de cidadania, defender juridicamente esses direitos, contribuir para o avanço da legislação anti-racista e denunciar a violência e a discriminação sofridas pelo negro no Brasil.

Este serviço surgiu da constatação de que, embora a discriminação racial seja um fato presente no cotidiano da população negra no Brasil, ela raramente tem sido objeto de

atenção jurídica, apesar da igualdade de tratamento ser assegurada constitucionalmente e de haver, desde 1951, previsão legal contra a prática da discriminação racial.

Também se considerou, quando da abertura deste serviço, o fato de que, apesar da existência de um importante movimento pró-direitos humanos no Brasil, particularmente em função dos abusos da ditadura militar, a violação dos direitos da comunidade negra não era matéria considerada por aquele movimento. Estes fatores nos conduziram a construir a proposta do SOS Racismo, tendo em vista que a Constituição de 1988, pela primeira vez na história do Brasil, reconheceu a existência do racismo, como também considerou esta prática um crime inafiançável e imprescritível.

A proposta de constituição do SOS Racismo foi precedida de uma pesquisa em varas criminais da capital de São Paulo para identificar como e quantas vezes a legislação específica sobre o racismo foi aplicada e apurar como se dava o acesso dos negros à justiça nos casos de discriminação racial. O resultado desta pesquisa foi a constatação de que em quarenta anos de vigência da primeira legislação anti-racista, a Lei Afonso Arinos, que trata a prática de racismo como contravenção penal, até 1988, quando o racismo se torna crime, segundo a nova Constituição, foram encontrados apenas dois processos que chegaram a ser julgados pela justiça. A Constituição de 1988, bem como a lei federal de 1989 que define e penaliza algumas práticas racistas, abriram novas possibilidades de enfrentamento do problema racial no plano legal. Portanto, considerou-se oportuna a criação de um serviço voltado para esse fim.

Este serviço atende, em média, quatro vítimas de discriminação racial por semana, aproximadamente duzentas pessoas por ano. Atua também em todos os casos em que há base legal para a constituição de uma ação judicial, oferecendo às vítimas as informações necessárias para a defesa dos seus direitos, seja pela via judicial, seja pela via extrajudicial. Além do atendimento individual, o SOS Racismo atua ainda em situações que atingem a dignidade e a imagem coletiva da comunidade negra, como, por exemplo, casos de anúncios de jornais com exigências de que o candidato a uma oportunidade de trabalho seja branco, representações degradantes dos negros na mídia em geral etc. Acreditamos que essas ações que atendem aos interesses coletivos da comunidade negra têm um importante caráter pedagógico para a conscientização da sociedade em relação à discriminação racial sofrida por quase metade da população brasileira, que é negra.

Neste sentido, um dos casos mais importantes que tivemos foi a notificação oficial que empreendemos contra a Rede Globo de São Paulo em 1994, em função das imagens estereotipadas veiculadas pela novela *Pátria minha*. Este assunto ganhou grande destaque na mídia e resultou numa retratação pública da emissora. Mais do que isso, foi responsável pela introdução de uma família negra na novela seguinte. Pela primeira vez nas telenovelas brasileiras foi retratada uma família negra com relativa igualdade de condições em relação a outras personagens e famílias não-negras.

Projetado para atender exclusivamente casos de discriminação racial, o SOS Racismo, hoje, na medida em que ganhou credibilidade diante da população negra, passa a funcionar também como centro de referência de assessoria jurídica para os negros. Fatores como a ausência de assistência judiciária gratuita compatível com a magnitude da população carente, o ineditismo de um serviço jurídico com atenção especial para a população negra, a expectativa de ter nesse serviço um tratamento positivo, que, via de regra, os negros não recebem em outros espaços sociais ou institucionais, fazem com que os serviços do SOS Racismo sejam cada vez mais procurados pelos negros. Atualmente, oferecemos também

assistência jurídica para vítimas de violência doméstica e sexual, o que pode ser explicado pelo fato do Geledés ser a única organização de mulheres, na cidade de São Paulo, a dispor de um serviço jurídico organizado.

O que se espera com esse trabalho? Em primeiro lugar, a criação de uma jurisprudência para os casos de discriminação racial. Em segundo lugar, mudanças na legislação anti-racista, uma vez que a demanda processual que estamos criando em relação ao crime de discriminação racial tem revelado as limitações da legislação vigente destinada à punição deste crime e a divulgação dessa situação tem sensibilizado juristas e parlamentares para a necessidade do aperfeiçoamento dessa legislação, particularmente no âmbito do Código Penal brasileiro. Espera-se, ainda, um fortalecimento da consciência de cidadania da população negra, no sentido da utilização da via jurídica como forma de enfrentamento da discriminação racial.

Esses três objetivos se influenciam e se potencializam mutuamente, já que a demanda processual criada pelo atendimento jurídico às vítimas de discriminação racial obriga tanto o Ministério Público como a justiça a se posicionarem em relação ao crime de racismo, e este posicionamento, via de regra, se dá através de três possibilidades. Primeira, quando a decisão da justiça é conservadora ou racista, mantendo a impunidade do crime de racismo. Neste caso, esta decisão se presta à denúncia e conscientização da sociedade em geral, e da população negra em particular, sobre a persistência de práticas discriminatórias nas instâncias jurídicas. Segunda, quando a decisão da justiça atenda aos reclamos da comunidade negra. Neste caso, em virtude do caráter pedagógico para os envolvidos na ação, tal decisão se constitui em um instrumento importante de fortalecimento da confiança da população negra para reclamar juridicamente os seus direitos, além de criar jurisprudência sobre a matéria, ampliando as perspectivas jurídicas para os novos casos. E, terceira, quando a decisão da justiça expressa a insuficiência da legislação em vigor. Neste caso, a decisão é um instrumento importante no sentido de sensibilizar o Poder Legislativo sobre a necessidade do aperfeiçoamento da legislação anti-racista, tanto em âmbito estadual como federal. Este é um dos maiores desafios desse trabalho, tendo em vista o fato de que a legislação disponível não dá conta de todas as situações de discriminação atendidas pelo SOS Racismo, já que 80% dos casos atendidos não se encontram incluídos no escopo da legislação anti-racista existente.

Buscando contribuir para o avanço do trabalho de reforma do Código Penal, constituímos, em articulação com a senadora Benedita da Silva, um grupo de trabalho visando à formulação de uma proposta de tipificação da conduta discriminatória, proposta esta apresentada à primeira subcomissão de reforma do Código Penal do Ministério da Justiça.

As maiores dificuldades encontradas em um trabalho desta natureza são: o descaso com que a discriminação racial é tratada no Brasil, como se fosse assunto irrelevante para o Poder Judiciário; a tipificação precária do crime de racismo existente na legislação especial em vigor e a falta de tipificação do mesmo crime no Código Penal; o interesse em desqualificar o crime de racismo, classificando-o como injúria ou difamação, o que no nosso entender é uma maneira de escamotear o grau de incidência da discriminação racial no Brasil; e a dificuldade das vítimas de discriminação racial em conseguir testemunhas que deponham em seu favor. Esta última é uma das maiores dificuldades enfrentadas, uma vez que as testemunhas quase sempre se mostram assustadas, temendo represálias, e convencidas de que, em vez de contribuírem para corrigir uma injustiça, na verdade correrão o risco de

se verem envolvidas em um processo judicial que só lhes causará danos. Tais preocupações não são infundadas, pois em vários casos atendidos pelo SOS Racismo, em especial aqueles que envolvem policiais civis ou militares, é comum tanto vítimas quanto testemunhas serem ameaçadas com telefonemas anônimos que visam obstruir o andamento do processo.

Ainda são muitos os desafios. A legislação não teve qualquer modificação: não se regulamentou o inciso 42 do artigo 5º da Constituição, que torna inafiançável e imprescritível o crime de racismo; a Lei nº 7.016, de 5 janeiro de 1989, mantém a tipificação precária dos crimes de racismo; a reforma do Código Penal deve demorar e não podemos ter a certeza de que irá garantir uma tipificação eficiente da conduta racista. Todos esses fatores dificultam o reconhecimento, por parte da justiça, dos crimes de discriminação racial, os quais continuam sendo tratados como injúria, sendo que a pena para esta é mais branda do que aquela prevista para os crimes de racismo instituídos pela Constituição.

Outra grande dificuldade enfrentada pelo nosso trabalho continua sendo o ônus da prova: a testemunha de um caso de discriminação que tenha ocorrido no ambiente de trabalho, por exemplo, está certa de que testemunhar contra um chefe que discriminou um funcionário significa colocar o seu cargo à disposição. Se o agente da discriminação for um vizinho, haverá, para a testemunha, futuras complicações com a vizinhança. Sendo o agente da discriminação um policial, um depoimento favorável a uma vítima de discriminação poderá significar para a testemunha dispor de sua liberdade e talvez de sua vida. Além disso, não há sensibilidade por parte do legislador no sentido de realizar a inversão do ônus da prova, o que contribuiria muito para a punição do agente discriminador.

Há, assim, toda uma conjuntura que torna quase impossível a formação de um conjunto probatório, sem o que a vítima pode vir ainda a se tornar ré, sofrer ação de indenização por danos morais ou processo-crime de denúncia caluniosa.

Finalmente, o problema fundamental para o avanço desta questão no plano jurídico diz respeito à falta de vontade política do Poder Judiciário em relação a este tipo de questão. É consensual tanto nos movimentos negros como nos movimentos de mulheres a avaliação de que persistem no Poder Judiciário as posturas mais conservadoras e menos permeáveis às demandas colocadas. Deste ponto de vista, mantêm-se para eles os seguintes desafios: insistir na criação de demanda processual, por sua importância para a criação de casos exemplares diante dos quais o Poder Judiciário terá que se posicionar; sensibilizar o Ministério Público sobre as questões de direitos humanos, através do estreitamento de relações com as escolas de carreira jurídica e suas associações, como a Associação de Juízes para a Democracia e a Federação dos Defensores Públicos; incentivar a realização de pesquisas no âmbito do Poder Judiciário, cujos resultados sejam com ele discutidos; lutar por uma maior agilidade da justiça, através da adaptação de experiências bem-sucedidas de serviços alternativos e paralegais, bem como da criação e implementação de defensorias públicas nos estados, com garantia de funcionamento efetivo e amplo acesso à população carente; divulgar as decisões judiciais consideradas ultrapassadas, racistas ou sexistas; valorizar o papel das relações exteriores como forma de cooperação internacional no combate a todas as formas de discriminação; situar a questão do racismo e da violência contra a mulher no quadro mais amplo das lutas pelos direitos humanos, através da utilização, perante a justiça, dos textos legais referentes aos direitos humanos; incorporar a Constituição no cotidiano jurídico do país.

As ONGs vêm colocando para a sociedade e levando para o Poder Judiciário os grandes temas políticos — a questão ambiental, a questão da violência contra a mulher,

a questão da desigualdade, a questão do racismo —, cujas soluções dependem da consolidação da democracia e do exercício pleno da cidadania em nossa sociedade, além de exigir um trabalho de parceria por parte do Poder Judiciário visando à realização da igualdade e da justiça social. Racismo e discriminação étnica são crimes inafiançáveis e essa é a única garantia de que se dispõe enquanto for necessário trabalhar corações e mentes para evitar o caminho da barbárie.

Sônia Corrêa — As idéias que estou trazendo aqui são muito preliminares e ainda exploratórias. Não sei se respondem exatamente ao título da mesa, mas o convite me foi feito em aberto e fui chamada para pensar a questão de gênero e de discriminação.

Início fazendo uma breve genealogia do uso do termo “discriminação”, seja no discurso político brasileiro, seja mais particularmente no movimento de mulheres. É importante lembrar que, à diferença do que se passava nas décadas de 70 e 80, o termo “discriminação” foi definitivamente integrado à semântica do discurso político brasileiro. Isso se dá nos circuitos acadêmicos, no circuito dos operadores políticos — que reconhecem e legitimam a noção de novos sujeitos sociais e de política das identidades — e no tecido social. Noções como “direitos das mulheres” ou “direitos iguais entre homens e mulheres”, “discriminação”, juntamente com “machismo”, são possivelmente os termos feministas mais amplamente utilizados pelas mulheres brasileiras das mais diversas inserções e classes sociais. Talvez seja interessante dizer, inclusive, que essas idéias de política das identidades e de novos sujeitos sociais já estão sendo colocadas em questão em alguns espaços acadêmicos.

É importante dizer também que, recentemente, no contexto de alguns debates internacionais importantes, caso da Conferência de Viena e, mais especialmente, da Conferência de Pequim, a noção de “discriminação” foi bastante enfatizada, constando inclusive nos textos e resoluções finais, e eu tenho a impressão de que a tradução destas resoluções internacionais vai nos obrigar a rever e revisitar o conceito de discriminação.

Pensando na sociedade brasileira e nesse processo de difusão do termo “discriminação”, vou me concentrar na questão de gênero e, portanto, do movimento de mulheres. Parece não haver dúvida de que a difusão do termo está relacionada com o fato de que o movimento feminista o utilizou largamente desde os anos 70. É importante observar que o uso deste termo não se fez de maneira isolada, mas em combinação com outras categorias: subordinação, exploração, dominação e até mesmo marginalização. Foi uma estratégia eclética do movimento feminista brasileiro no uso de termos e conceitos, e tenho a impressão de que esse ecletismo marca, em um certo sentido, a emergência do feminismo contemporâneo.

De qualquer forma, essa abordagem eclética resultou na justaposição e combinação de noções, conceitos e categorias provenientes de vertentes teóricas distintas. E esse é o caso, por exemplo, do uso combinado de “discriminação”, “dominação” e “subordinação”, que derivam da noção de patriarcado em Engels; são, portanto, conceitos da tradição marxista. Já o conceito de discriminação tem uma outra trajetória.

Começo por esta genealogia exatamente porque, ao tentar localizar minha fala aqui nesse momento, tive um *insight*. Eu usei muito o termo “discriminação” ao longo dos anos, e reconheço que ele tem ressonância na vida cotidiana das mulheres, tem um significado importante nos debates internacionais, mas devo reconhecer que não tenho recorrido a ele com a mesma freqüência nos últimos tempos, quando escrevo, falo ou penso na análise

e descrição das relações entre homens e mulheres na sociedade brasileira. Lendo alguns trabalhos feministas recentes, verifiquei que tampouco em outras autoras o termo “discriminação” possui a mesma ênfase de algum tempo atrás.

O abandono, ou o abandono relativo, talvez inconsciente, do conceito de discriminação me levou a interrogar por que as análises do discurso feminista têm usado menos o conceito de discriminação. Faz sentido esse abandono? Interessa, de uma perspectiva de transformação, abandonar a noção de discriminação de gênero? Tentarei responder esta questão, que não é simples.

A minha primeira hipótese é de que o não-uso atual, ou o menor uso, do termo “discriminação” pelo discurso feminista pode estar articulado a um deslocamento teórico que aconteceu na passagem dos anos 80 para os 90, que é exatamente a passagem do uso de “patriarcado” para o uso de “gênero” como categoria de análise. Cada vez menos usamos “subordinação”, “dominação”, “exploração”, e cada vez mais incorporamos “gênero” como construção social, de natureza relacional, na análise das relações e da desigualdade entre homens e mulheres. Como a noção de discriminação estava acoplada, no uso, a essas categorias, podemos tê-la abandonado por inércia: já que estamos deixando uma, vamos deixar as outras. A segunda hipótese é de que esse abandono pode estar relacionado a mudanças ocorridas na própria sociedade no que diz respeito à situação das mulheres, fazendo com que o termo já não tenha a mesma densidade para a análise.

Estou diante de um duplo desafio. De um lado, pensar em que medida a noção de discriminação pode ser usada em articulação com a categoria gênero. Isto porque, particularmente, gênero como categoria de análise é muito mais apropriado neste momento para pensar relações e desigualdade entre homens e mulheres do que a categoria de subordinação. De outro lado, há a importância de revisitar a situação das mulheres à luz da própria idéia de discriminação. Começarei pelo segundo desafio, não porque seja mais simples, mas porque foi por onde eu realmente caminhei neste exercício de reflexão. E o caminho que encontrei foi retornar aos fundamentos, vasculhando o significado de discriminação e cotejando-o com a realidade das mulheres brasileiras na década de 80.

Em uma primeira tradução, mais superficial e imediata, de discriminação, vieram-me as noções de segregação, preconceito, estigma (estigma como preconceito levado ao seu limite). Comecei, então, a me perguntar: as mulheres são, hoje, na sociedade brasileira, enquanto grupo social identitário ou mesmo como indivíduos, segregadas, estigmatizadas, objeto de preconceito? A minha impressão inicial, ao tentar responder a esta pergunta, é de que a resposta é muito mais complicada e diversificada do que há dez ou quinze anos.

Começando por “segregação”. Há certamente espaços públicos e privados no Brasil que continuam a segregar as mulheres. Basta assistir a uma reunião ministerial. São essas circunstâncias que têm mobilizado iniciativas, caso das cotas nos partidos, nos sindicatos e até mesmo, agora, a iniciativa da Marta Suplicy no Parlamento. E há mulheres brasileiras segregadas: o cárcere privado continua existido no Brasil. Mas, apesar disso, não acho que seria correto afirmar que a segregação é a regra que determina ou define o lugar das mulheres na sociedade brasileira.

Com relação a preconceitos e estigmas, é claro que permanecem preconceitos contra as mulheres, desde os mais banais — “não sabem dirigir”, “compram muito, gastam muito dinheiro”, essas coisas do senso comum — até coisas mais pesadas. O estigma, por sua vez, seria o preconceito levado ao seu limite. Mas se nos perguntamos se as mulheres são estigmatizadas, parece que hoje no Brasil não basta ser mulher para ter um estigma,

you tem que agregar uma outra qualidade ou “desqualidade”, em termos da discriminação: pobre, prostituta, homossexual, portadora de HIV. Ser mulher não me parece que seja, hoje, um estigma. Então, essa estigmatização requer uma outra denotação, de classe, de raça, de sexualidade ou de referências com relação à moralidade. Faria, então, uma observação. Considerando o tema do estigma por razões de ordem moral, é significativo observar que no Brasil dos anos 80 as adúlteras, divorciadas, mães solteiras foram de alguma forma afastadas desse lugar estigmatizado.

Esse balanço é muito superficial, mas sugere que alguma coisa, de fato, aconteceu na sociedade brasileira nos últimos vinte anos, fazendo com que o termo “discriminação” demande novas aplicações e novas interpretações. Apesar dessa evolução positiva, permanece um espaço onde a noção de discriminação parece se aplicar com muita força, que  o mercado de trabalho. A força de trabalho feminina mais que triplicou nos últimos quarenta anos, a escolaridade feminina cresceu, hoje as mulheres são mais educadas do que os homens, mas, em média, as mulheres continuam recebendo 58% do salário masculino e a discrepância  maior nas duas pontas, ou seja, quem recebe menos que os homens são as executivas e as mulheres das camadas mais pobres, enquanto no meio da pirâmide salarial não há igualdade, mas uma certa equalização. Se não podemos pensar em discriminação no que diz respeito a essas outras circunstâncias que eu tentava descrever, certamente ela faz sentido para pensar a discriminação no mercado de trabalho. Olhando a literatura sobre mercado de trabalho, observei uma coisa curiosa: as autoras feministas que trabalham com o tema do mercado de trabalho preferem usar “desigualdade de gênero”. Já os autores masculinos usam o termo “discriminação”. Por que isso está acontecendo?

Em face desse enredo e dessa evolução, que não é linear, caminhei no sentido de ir mais fundo ainda, fui aos fundamentos, às definições clássicas de discriminação, para tentar ver como essas outras perguntas poderiam ser respondidas. Discriminação se refere a tratamento desfavorável, processo ou forma de controle social que se destina a manter  distância grupos sociais ou pessoas, através de práticas mais ou menos racionalizadas e institucionalizadas, e que acarretam atribuição arbitrária de traços, em geral de inferioridade, que não têm nada a ver com as potencialidades e os atributos dos sujeitos que levam a marca desse traço.

Essa é uma definição clássica, convencional, que, neste debate, nos ajuda em pelo menos três aspectos. Demonstra que discriminação não  causa, mas sintoma. A distância social que a discriminação ou o estigma criam, que pode ser de natureza horizontal ou vertical, está sempre articulada a uma certa simetria. Portanto, a questão de fundo é a simetria, e a discriminação aparece mais como um sintoma, como uma expressão. Isto torna claro que discriminação, ou o discurso da discriminação,  uma construção, que também pode ser desconstruída, que se encontra nas leis, nas práticas sociais, nos discursos, nas percepções. Neste sentido, parece existir de fato uma afinidade muito fértil entre o uso renovado do conceito de discriminação e a categoria de gênero; é mais simples articular gênero e discriminação do que, por exemplo, gênero e subordinação, ou dominação, ou exploração. Em ambos os casos, há situações relacionais de natureza assimétrica que operam pela via das representações e das construções sociais.

Esta definição abre também um campo muito interessante para pensarmos sobre a noção de distância social. Se as instituições que discriminam estabelecem uma distância social entre grupos e pessoas, como pensar a distância social entre homens e mulheres? Temos  uma complexidade imensa que merece ser explorada, porque há uma convergência

relacional, do ponto de vista do gênero, entre homens e mulheres, que é constitutiva da sociedade. Como distanciar aquilo com o que você se relaciona para manter a sociedade funcionando?

E, finalmente, retomo a noção de discriminação porque ela remete diretamente ao conceito de justiça. Este olhar renovado, para o movimento de mulheres, a partir da noção de discriminação, deveria ser elaborado sobretudo a partir do pensar a discriminação como sintoma da injustiça, como uma estratégia de reconstrução dos movimentos de justiça.

Queria finalizar dizendo que, depois deste exercício — muito breve, preliminar e inconcluso —, tendo a achar que não é adequado abandonar a noção de discriminação para lidar com a de gênero ou de relações assimétricas de gênero. Mas a categoria, tal como a temos usado até aqui, parece insuficiente, e, portanto, estamos desafiados a buscar novos usos, novas combinações e novas explicações para ela.

Tenho duas idéias sobre o assunto. A primeira delas, que considero uma tarefa urgente, é esse exercício mais teórico de verificar como vamos trabalhar daqui por diante com a categoria de gênero e com o conceito de discriminação, tanto no que se refere às pesquisas quanto à elaboração mais teórica. A segunda é a necessidade de deslocar o uso do conceito de discriminação do seu sentido negativo — denúncia da discriminação — para o plano da reconstrução da justiça. Esse também não é um exercício muito fácil, mas pode ser feito e eu vou dar um exemplo.

A professora Rebeca Cook, especialista em direitos humanos, traz um enunciado que configura um ponto de partida interessante para o movimento de mulheres. Ela afirma o seguinte: na medida em que o aborto é um procedimento médico que se dedica exclusivamente às mulheres, o fato de você proibir o aborto pode ser interpretado como uma forma de discriminação explícita, que, portanto, está em contradição com o princípio mais geral de justiça.

Nós nunca pensamos aborto como discriminação. Nós o pensamos relacionando-o a muitas outras coisas, mas não como uma situação de discriminação. Este tipo de exercício precisaríamos fazer daqui para frente ao pensar a questão da discriminação no contexto das relações de gênero.

Eduardo H. P. de Oliveira — A dificuldade de discutir racismo e discriminação talvez provenha justamente da confusão entre estes dois termos, e é muito bom que a Sônia Corrêa tenha começado justamente dando um tratamento diferenciado aos dois fenômenos — no caso, machismo e discriminação. De alguma forma, as questões que ela levanta são válidas para nossa discussão, que diz respeito ao racismo. Eu sempre pergunto, em discussões como esta, se acreditamos que algum dia vamos construir uma sociedade onde o racismo não esteja presente ou onde, de alguma forma, o preconceito — e aí estou falando do indivíduo, dos indivíduos — não exista. Partimos desta ilusão.

Gostaria de entrar na questão da discriminação, no que tem a ver mais diretamente com o convívio social das diferenças. Devemos estar um pouco mais alertas ao sintoma, como diz a Sônia, discutir muito mais a questão da discriminação e da segregação. Por quê? Em uma sociedade como a nossa, onde as diferenças são fato, não são fruto da criação teórica dos analistas — nós andamos na rua e percebemos —, debater a discriminação e a segregação é de fundamental importância para que essa diferença, essa multiplicidade convivam. Por outro lado, o debate sobre o racismo é sempre minado pelo grande mito da democracia racial brasileira. Discutir racismo com qualquer um, com os amigos, ou aqui passa pela discussão da construção deste mito e do seu impacto na nossa vida cotidiana.

O ano de 1929 é marcante na história mundial, na história econômica do planeta: um ano em que a euforia do pós-guerra sofre um abalo sísmico de grande proporções. A economia capitalista, que vinha passando por um processo de transformações fantástico, sofre um grande golpe. O ano de 1929 não só representou um terremoto nas economias mais desenvolvidas — cujo epicentro foi a Bolsa de Nova York — como teve reflexos políticos e econômicos dramáticos na nossa história, se lembrarmos que a economia do café representava praticamente toda a riqueza brasileira. No Brasil da década de 30, 60% do PIB provinha do café — responsável pelo milagre de uma cidade como São Paulo. Nesse momento, São Paulo nem sonhava em ser a cidade que é hoje, com dez milhões de habitantes.

Na década de 30 houve o rearranjo do quadro político nacional. Uma nova elite urbana apareceu no cenário político brasileiro para dizer à elite rural, agrária, monocultora, conservadora que o Brasil tinha que mudar, tinha que se modernizar. Modernizar significava implantar indústria e urbanizar o país. Esta elite urbana, que perdeu as eleições em 1930 e voltou ao cenário através de um golpe, foi responsável pela implantação, no Brasil, daquilo que podemos chamar de Estado moderno. Um Estado preocupado em estabelecer ou administrar os interesses públicos. O projeto era urbanizar e industrializar o Brasil, para o que se construiu uma nova idéia de nação, tal como a percebemos hoje.

A idéia de democracia racial veio responder a esse projeto. Construir a nação brasileira significava aceitar o fato de que a maioria da população era negra e mestiça, apesar de todos os esforços que já tinham sido feitos no sentido de mudar este quadro no interior de um debate que, desde meados do século passado, foi profundamente marcado pelo determinismo, pela biologia, pelo racismo.

Não é coincidência que alguém como Gilberto Freyre tenha surgido no cenário intelectual nesse momento. Nascido em Pernambuco, Freyre representava, de alguma forma, os desejos desta elite que nós podemos chamar de urbano-moderna. Afirmou que o Brasil era viável por tudo aquilo que, anteriormente, se considerava as marcas atávicas do nosso atraso: “Somos viáveis porque somos negros, mestiços, filhos da civilização portuguesa já extremamente misturada, fruto da colonização moura de sangue semita etc.” A idéia da democracia racial no Brasil surge calcada principalmente no argumento da nossa extrema e generosa afetividade. O fato de que no Brasil existiria, como fenômeno destacável no cenário internacional, uma proporção fora do comum de população miscigenada serviu de argumento para que passássemos a nos representar como generosos, como aqueles que conseguem viver juntos apesar das diferenças. Além disso, teríamos conseguido criar uma nova civilização.

Hermano Viana, no livro *O mistério do samba*, relata o impacto que teve, nesse período, o encontro entre Gilberto Freyre, Prudente de Moraes Neto e Sérgio Buarque de Holanda com Donga e Pixinguinha, duas expressões da música do morro, da música negra no Rio de Janeiro, o samba — num momento em que tocar samba era proibido. Este encontro pode ter sido a gênese da construção da idéia do samba como símbolo de brasilidade. Não símbolo do Rio de Janeiro, nem da malandragem carioca: o samba sai do morro, do gueto, perde o *status* de algo ilegal para se transformar no símbolo do ritmo, da musicalidade e da genialidade de todos os brasileiros. Conseguimos, então, perceber como este momento foi fundamental para a compreensão das relações raciais no Brasil.

A chamada questão racial, no Brasil, não pertence aos negros: pertence a todos os brasileiros. Está no centro do debate sobre aquilo que somos, aquilo que queremos ser e para onde vamos. Se conseguimos construir uma idéia de nação no Brasil, certamente, essa construção teve como foco a chamada questão racial, o problema do negro no Brasil.

Conseguimos criar no Brasil uma economia moderna, urbana, com a estrutura básica que conhecemos hoje — um Estado que implantou a Petrobrás, a Companhia Siderúrgica Nacional, um Estado autoritário. Mais recentemente, depois da explosão populacional, a partir da década de 50, a população brasileira passa de cinquenta milhões de habitantes para cento e cinquenta milhões. Neste processo, a exclusão social se aprofunda no Brasil — e isso nós sabemos porque faz parte da nossa história recente. As desigualdades se acentuam e, contraditoriamente, surge o que eu chamo de “argumento econômico” ou “ pilar econômico” da idéia de democracia racial no Brasil. Não só o “teorema do bolo” — que Delfim expressou tão bem —, mas o argumento de que, no Brasil, não existe de fato uma questão racial, mas um problema econômico. Os negros fariam parte de um determinado segmento da sociedade, e a partir do momento em que solucionássemos a questão econômica o Brasil se transformaria em um paraíso, pois nós não temos um problema de fundo racial grave...

Surgem algumas questões. Primeiro, pensar por que a ideologia da democracia racial penetrou tão profundamente na nossa sociedade. O Brasil, de fato, tem singularidades em relação a outras sociedades. Por outro lado, o discurso da democracia racial conseguiu conviver com o fato concreto de que muito pouco se fez para reverter a tal situação histórica e econômica dos negros. Quer dizer, a população negra continua cristalizada no segmento de base da sociedade. Não conseguimos, então, sair da armadilha do mito da democracia racial, avançar para questões-chave como: o que deve ser uma democracia em uma sociedade multicultural? Ou: será o Brasil uma sociedade multicultural? Sendo uma sociedade multicultural, que papel tem o Estado na orquestração da convivência entre essas diferenças? Por que o Estado, no Brasil, não se atribui o papel de regulador das diferenças e de estabelecimento de equidade? Esta questão serve de provocação para debatermos a “ação afirmativa”.

Para encerrar esta provocação inicial, gostaria de ler aqui um trecho de um artigo da *Folha de S. Paulo*, do dia 21 de novembro de 1995, ou seja, exatamente no dia seguinte à data dos trezentos anos da morte de Zumbi dos Palmares, que, estranhamente, a *Folha* não cita.

“Apesar do recente episódio, rapidamente apelidado na mídia de ‘guerra santa’ [referência ao fato de um pastor ter chutado a imagem de Nossa Senhora Aparecida], o Brasil é um país que, felizmente, parece de certa forma imune a este tipo de conflito tão comum e tão sangrento em outras partes do mundo. O fato de o Brasil ser um país de imigração é uma das causas dessa maior tolerância religiosa. O mesmo se verifica em outras nações com essa mesma característica: Austrália, Canadá e Estados Unidos. Trata-se de um fenômeno até natural porque as populações desses países, em muitos casos, optaram por deixar as terras de seus ancestrais, justamente por estarem sendo vítimas da intolerância religiosa. As chamadas guerras santas são mais frequentes em lugares em que uma forte dicotomia religiosa passa a dividir o mesmo povo: Irlanda, Bósnia, Índia e Paquistão.”

Para não ficarmos fazendo uma análise sobre a visão da *Folha de S. Paulo* acerca do que é “povo” ou da comparação que ela faz do Brasil com a Austrália, o Canadá e os Estados Unidos, é importante ressaltar aqui como é forte, entre nós brasileiros, a ideologia de que somos uma sociedade harmônica, uma sociedade que não tem conflitos. A idéia de cordialidade é marcante entre nós. Já que não existe problema de diferenças, o que temos a fazer é construir a cidadania para todo mundo. É claro que isto tem muito de verdade e é claro que a luta pela cidadania pertence a todos. O relevante para o debate é discutir

se existe ou não uma postura diferenciada, por parte do Estado, em relação à multiplicidade no Brasil.

Sérgio Adorno — O meu objetivo é repensar a emergência do tema do racismo sob a perspectiva das instituições de controle da ordem pública; mais particularmente, sob a perspectiva do sistema da justiça criminal e das políticas de segurança e justiça. Parece-me que, quando se fala hoje na questão da cidadania, na questão da democracia, é impossível ignorar a problemática racial, a problemática do racismo. Mais do que isso, é impossível ignorar a problemática da universalidade das leis, sobretudo de leis que, de fato, configurem um sistema de proteção da sociedade. O objetivo desta minha intervenção é propor questões a partir de minha experiência de pesquisa sobre o aparelho judiciário, mais particularmente a partir da última pesquisa que realizei sobre o tratamento dispensado pela justiça penal aos crimes violentos cometidos na cidade de São Paulo no ano de 1990, por réus brancos e negros.

Em primeiro lugar, eu gostaria de fazer um rápido histórico acerca dos estudos sobre violência e direitos humanos no Brasil, que são, rigorosamente, muito recentes. Nós não temos uma tradição nessa área, como ocorre nos Estados Unidos e na América do Norte. Isso não quer dizer que anteriormente não houvesse estudos, reflexões ou ensaios que tivessem abordado a questão da violência. Convém mesmo observar que essa questão, preferencialmente tratada nos textos de juristas ou de profissionais do campo do direito, aparecia com muita frequência subjacente a outros temas jurídicos. Talvez ela não houvesse adquirido certa autonomia enquanto objeto privilegiado de análise, com o estatuto de que hoje dispõe na agenda política do debate a respeito da consolidação da democracia e, sobretudo, da preservação dos direitos na sociedade brasileira para a maioria de seus cidadãos.

Por que esse tema é recente? Na verdade, eu não tenho respostas elaboradas ou amadurecidas a respeito, porém creio que, pelo menos, três razões me levam a refletir sobre a emergência desse tema no debate público.

A primeira delas refere-se à crescente percepção coletiva de medo e de insegurança, manifesta quer pela mídia eletrônica e impressa, quer pelas pesquisas de opinião pública. Cada vez mais as pessoas colocam o medo de virem a ser vítimas de uma ofensa criminal como um tema presente na sua agenda de preocupações pessoais. Com muita frequência, o medo do crime aparece entre as primeiras inquietações do cidadão comum. Ele está ali, competindo com outros temas tão agudos da sociedade brasileira, como, por exemplo, o problema do desemprego.

Não se trata evidentemente de um tema específico da sociedade brasileira. Possivelmente, são específicos o modo como ele se expressa e os contornos culturais que adquire. Ademais, é importante lembrar que a intensidade crescente do tema da violência e do crime no debate público o transformou em um objeto privilegiado de reflexão para o mundo da explicação científica. Neste particular, alguns estudos vêm notando forte tendência à polarização de percepções coletivas. Cada vez mais o medo e a sensação constante de insegurança parecem desenhar figuras que se encarnam em tipos humanos, e dentre essas figuras alguns tipos humanos parecem adquirir maior presença no imaginário popular. Em pesquisas que adotam tratamento qualitativo de dados a respeito das imagens da violência e do crime, não raro se observa uma espécie de identidade entre o delinquente, que é representado como um potencial perturbador da ordem, e as representações sobre a presença e participação de cidadãos negros na sociedade.

Uma segunda razão vem reforçar esse ponto de vista. De certo modo, a preocupação com a violência e o crime começou a despertar a atenção dos cientistas no momento em que se tornou relevante indagar se havia correspondência entre as percepções coletivas de medo e insegurança e o efetivo crescimento dos crimes. De um modo geral, nossas avaliações têm como base estatísticas oficiais de criminalidade. O que as estatísticas têm mostrado, pelo menos nas últimas duas décadas, para as grandes metrópoles brasileiras, é uma tendência ao crescimento da criminalidade, em particular do chamado crime violento, e neste domínio destaca-se a acelerada expansão do crime organizado, como o narcotráfico. Os estudos que buscaram responder àquela indagação puseram em destaque um amplo espectro de imagens preconceituosas a respeito do crime, da criminalidade e do criminoso. Muitas pessoas dizem: “O crime está crescendo e basta ir nas prisões, basta ver as delegacias, a maior parte dos presos é composta de delinquentes negros”. Identifica-se o negro como potencial delinquent, como potencial criminoso, potencial perturbador da ordem.

Uma terceira razão faz referência ao que se convencionou nomear crise do sistema de justiça criminal. Esta crise é vista a partir de diferentes prismas, entre os quais — hoje muito presente no debate — o envolvimento de parcelas substantivas de agentes públicos, em particular policiais, com o crime, mais propriamente com o crime organizado. Seus efeitos residem, por um lado, na impossibilidade de diferenciar os interesses privados dos negócios públicos e, por outro, na retração da autoridade coercitiva do Estado, a despeito da violência com que policiais tentam conter e reprimir os crimes. Não sem motivos, o sistema de justiça criminal é freqüentemente visto como herdeiro do legado autoritário. Apesar das mudanças substantivas que vêm ocorrendo no plano do Estado, no plano da formulação das políticas públicas, a implementação das políticas de segurança e justiça ainda é profundamente marcada por traços autoritários. Basta ver o modo como, em geral, a polícia intervém no controle repressivo da ordem pública, visando debelar o crime. Normalmente, ela emprega força física muitas vezes superior à força que pretende conter. Tudo isso coloca, portanto, a questão da violência, do crime e das imagens ligadas ao crime no centro do debate acadêmico.

Se eu fizesse aqui um rápido estado da arte da sociologia da violência e do crime no Brasil, diria que os estudos — que contam com apenas duas décadas — têm se concentrado em quatro grandes questões (não vou me deter em cada uma delas, porque me alongaria demasiado): estudos sobre movimentos da criminalidade; sobre o perfil social dos delinquentes (neste domínio, trata-se de saber, entre outras coisas, até que ponto a participação dos negros é significativa no movimento da criminalidade); sobre a organização social do crime (e, aqui, a contribuição dos estudos realizados por Alba Zaluar é fundamental, haja vista inclusive os vários estudos que vieram a reboque de seu trabalho); e, sobretudo, estudos sobre políticas públicas penais (ou seja, sobre o modo como o Estado formula e implementa políticas de contenção da ordem pública e, mais diretamente, políticas de repressão ao crime). Nesses estudos sobre políticas públicas, a maior ênfase tem recaído, basicamente, nos dois grandes pólos do sistema de justiça criminal. De um lado, estudos sobre a polícia, o seu funcionamento, as suas políticas de segurança, o perfil do policial e suas práticas, a cultura organizacional; de outro, estudos sobre as prisões, as condições de vida nesses estabelecimentos, o modo como os réus condenados à pena supressiva da liberdade são tratados dentro do sistema penitenciário. Nesses estudos, há, de modo geral, um *gap* bastante acentuado, localizado no meio desse sistema; ou seja, os estudos sobre o sistema de justiça criminal muito pouco abordam o papel dos tribunais de justiça na implementação do controle social. Tal ausência tem, em certo sentido, aguçado o olhar de

alguns pesquisadores para a questão das práticas judiciárias, em particular para o papel do sistema judiciário na distribuição das sanções e da justiça penal.

A principal pergunta que nós, que temos pesquisado esta questão, formulamos é justamente sobre qual é o modelo de justiça criminal compatível com a sociedade democrática. Ou seja, quais são a polícia, o modelo de tribunal de justiça e o modelo de prisão adequados à sociedade democrática? Uma pergunta dessa ordem remete, pelo menos, a duas questões básicas. Em primeiro lugar, remete à problemática da universalidade da cidadania na sociedade brasileira, pensada sob uma perspectiva muito determinada, qual seja, a da universalidade na aplicação e distribuição das leis. Neste terreno, cabe indagar: até que ponto a aplicação das leis é discriminatória? Até que ponto ela elege determinados segmentos como alvos privilegiados da sua ação e dos efeitos dessa ação? Estas questões nos levam a uma segunda indagação: quais são os obstáculos à distribuição equitativa da justiça social, nisto compreendida a justiça penal? Refletir a respeito dos obstáculos para a aplicação universal das leis é tema complexo. Por si só, ele demandaria um seminário, e eu não vou, evidentemente, me ocupar desta questão no tempo que me resta. Mas eu gostaria de destacar algo que todos nós, de certa forma, sabemos: entre esses obstáculos, a cor é poderoso instrumento de limitação no acesso à justiça e aos direitos.

Há uma longa tradição de estudos americanos, desde a década de 20, que mostra basicamente duas coisas. Primeiramente, brancos e negros são, potencialmente, tão respeitadores das leis quanto agressores. Em outras palavras, não há nenhum estudo americano que comprove, por exemplo, que os negros são potencialmente mais violentos se comparados aos brancos, ou vice-versa. Um segundo resultado demonstra como a justiça penal americana é enviesada: ela tende a punir com maior rigor, e também com maior probabilidade de condenação, os crimes praticados por réus negros. Estas duas conclusões se encontram largamente exploradas na literatura americana. Também chegaram a resultados semelhantes recentes estudos europeus sobre a inserção de migrantes, sobretudo procedentes do Terceiro Mundo, nas sociedades européias avançadas do ponto de vista do capitalismo industrial. No Brasil, vários estudos intuíram que a justiça penal é mais rigorosa com negros suspeitos de haver cometido crimes, como os estudos de Alba Zaluar, de Teresa Caldeira, de Antonio Luis Paixão, assim como meu trabalho. No entanto, nunca tínhamos, de fato, tentado mensurar esse tipo de fenômeno.

Foi neste sentido que me inclinei a estudar um pouco mais detidamente a questão dos efeitos discriminatórios das práticas judiciais. Desenvolvi, nessa área, duas pesquisas. Na primeira delas, intitulada “Violência urbana, justiça criminal e organização social do crime”, analisei, em um tribunal de júri da capital, as sentenças judiciais a partir da observação de todos os processos julgados para apuração de responsabilidade em homicídios dolosos (também conhecidos como homicídios voluntários), entre janeiro de 1984 e junho de 1988, com o objetivo inicial de saber o que é que regulava, por assim dizer, as decisões do tribunal de júri. Os resultados desta investigação identificaram com muita clareza os chamados “móveis subjetivos” nos julgamentos. Quer dizer, o que está em julgamento no tribunal de júri não é o crime propriamente dito, não é a gravidade do crime, o quanto ele ofende a ordem pública e as regras da sociedade, mas, sim, os modelos de comportamento, mais propriamente a maior ou menor adequação de diferentes indivíduos a modelos considerados universais e naturais. Evidentemente, este resultado não é original. Mariza Corrêa já o havia demonstrado no seu estudo sobre “crimes da paixão”. Em certo sentido, acabei confirmando suas conclusões. Porém, esta pesquisa me permitiu, ainda, identificar as relações entre justiça, igualdade jurídica e juízo e verificar, naquele momento, quais eram os grupos sociais privilegiados do ponto de vista da sanção penal. Pude verificar,

por exemplo, que pobres de maneira geral, negros, nordestinos e cidadãos incorporados ao mercado informal de trabalho, principalmente os não ocupados, tinham maior probabilidade de ser condenados comparativamente aos outros. Esta pesquisa ressaltava, sobretudo, a questão da cor. Era flagrante que o réu negro, sob a ótica dos julgadores, parecia muito identificado com o crime e com suas razões.

Tal conclusão suscitou o desejo de estudar com maior acuidade a questão racial. Então, nos associamos ao Geledés e, juntos, realizamos uma pesquisa em que comparamos a distribuição das sentenças condenatórias ou absolutórias para crimes violentos imputados tanto a réus brancos como réus negros, em processos julgados no ano de 1990, no município de São Paulo. A pesquisa teve por objetivos caracterizar as ocorrências policiais, o perfil das vítimas e dos agressores, bem como das testemunhas, e identificar o desfecho processual segundo a cor.

Os primeiros resultados desta pesquisa — cujo acervo de informações ainda não foi completamente analisado — estão publicados no número 43 de *Novos Estudos*, do Cebrap. Em linhas gerais, esses primeiros resultados indicam três conclusões básicas. A primeira delas é que os suspeitos negros são perseguidos com mais rigor pela vigilância policial, comparativamente aos brancos. A segunda conclusão é que os negros têm maiores dificuldades de acesso à justiça criminal. Quer dizer, embora eles, em tese, desfrutem dos mesmos direitos, na prática pouco exploram as garantias legais de defesa, como o fazem os cidadãos brancos. A terceira conclusão é que, em decorrência, réus negros tendem a ser mais condenados comparativamente aos brancos pelo cometimento de idêntico crime. Quando estou dizendo que eles tendem a ser mais condenados, não significa que réus negros sejam condenados com maior rigor comparativamente aos réus brancos. Em termos de *quantum* da pena, não se observou discriminação. O que ocorre é que um réu negro que comete o mesmo crime do que um branco revela maior probabilidade de ser condenado.

Isso me leva, finalmente, e aqui eu encerro a minha intervenção, a propor duas questões para o debate.

A primeira delas remete à questão da discriminação racial por parte da polícia, algo que, me parece, é largamente percebido no Brasil, seja pela opinião pública, seja pelos estudos que vêm sendo realizados. No entanto, acho que este fato mereceria uma reflexão aprofundada, uma vez que normalmente julgamos a questão do racismo policial como uma espécie de qualidade ou atributo da instituição, como se a instituição policial, por sua natureza repressiva, tendesse a ser necessariamente racista. No entanto, vários estudos, sobretudo europeus — estou me lembrando particularmente de alguns estudos realizados na França —, têm mostrado que a questão do racismo policial transcende a instituição enquanto tal. Ela está ligada, na verdade, com fato do policial ser um cidadão como outro qualquer, porém investido de atribuições muito específicas, que são as atribuições de poder, o poder de vigiar e de exercer controle sobre a população. Tal aspecto remeteria, portanto, à questão da síndrome do pequeno poder. Quer dizer, o problema não é a instituição *per se*, mas os usos que um cidadão comum faz do poder do qual está investido — um poder que lhe confere uma margem arbitrária, praticamente sem interditos legais, para julgar quem está ou não obedecendo às regras que dispensam proteção penal às pessoas e aos bens materiais e simbólicos. Eu me perguntaria até que ponto questões desta ordem serviriam para orientar nossa percepção e compreensão do que se passa no âmago da polícia brasileira, a qual ostenta longa tradição de violência no controle repressivo dos crimes, sobretudo quando coloca sob suspeição cidadãos negros.

A segunda questão, extremamente candente, é a do acesso à justiça. A pesquisa que desenvolvemos junto com o Geledés não me permite, rigorosamente, dizer que o

Judiciário e, sobretudo, os magistrados sejam racistas. O tratamento metodológico que conferi à coleta e análise de dados não me facultava sustentar tal conclusão. Para alcançá-la, teria sido necessário aplicar outros procedimentos metodológicos. De qualquer maneira, parece-me evidente, pelos resultados, que brancos e negros têm acesso diferencial à justiça penal.

E aqui, então, eu entro na última questão, de certo modo já suscitada por outro dos expositores desta sessão. A pergunta que todo mundo faria seria a seguinte: o acesso diferencial se justifica porque os réus negros são mais pobres do que os réus brancos, disto decorrendo menores chances de contratar bons advogados e explorar melhor os meandros de defesa proporcionados pelas leis penais? Bem, se a resposta for afirmativa, então se trata de um problema socioeconômico. Eu tendo a questionar um pouco este resultado, porque, numa comparação entre o perfil dos réus negros e o dos réus brancos, ambos são majoritariamente pobres. Os negros são um pouco mais pobres do que os brancos. Há uma maior porcentagem de analfabetos entre os réus negros e uma maior porcentagem de réus não ocupados em alguma atividade, comparativamente aos brancos. Mas, de modo geral, com relação à escolaridade, com relação a outros critérios de caracterização socioeconômica, eu diria que ambos os réus são rigorosamente idênticos. O problema que me parece é que a questão socioeconômica tem um peso relativo. Assim, eu levanto para a discussão um problema que me parece mais complexo, que é o da ligação diferencial de réus brancos e negros com o mundo da legalidade.

Debatedores

Antônio Carlos Arruda da Silva — Uma questão me incomodou na apresentação da Fernanda Peixoto. Ela faz uma afirmação em torno da “modernidade” da legislação, por um lado, e da permanência da discriminação, por outro. Acredito que ela fale de “modernidade” na legislação partindo do artigo constitucional. A intervenção da Sueli Carneiro, no entanto, acaba mostrando que estamos bastante longe da “modernidade”. Muito embora a Lei nº 7.716 regulamente a questão da discriminação racial no Brasil — obedecendo a pressões do próprio movimento negro —, é importante compreendermos por que ela não funciona. Por que não se resolveu, pelo menos, o problema da punição daqueles que são racistas, daqueles que discriminam?

No que se refere à exposição da Sônia Corrêa, eu gostaria que ela comentasse a afirmação de que ser mulher não é estigma. Gostaria que ela comentasse um pouco mais a questão do aborto, que, acho, não ficou muito clara. Parece-me que ser mulher é estigma. Sua intervenção me incomodou, nesse aspecto, porque nas classes sociais menos privilegiadas a visão machista, a visão do homem brasileiro, continua estigmatizando violentamente a mulher. Os números sobre a violência contra a mulher acabam comprovando que essa discriminação, esse estigma, ainda é muito forte. Talvez na classe média as coisas tenham mudado um pouco.

No que se refere à fala da Sueli Carneiro — é importante eu lembrar que tenho seguido os seus passos no SOS —, eu gostaria que ela falasse da questão da falta de vontade política do Poder Judiciário, algo que o Sérgio Adorno poderia comentar também.

O Sérgio poderia contar como é que o Núcleo de Estudos da Violência e o Geledés fizeram a pesquisa no tribunal de justiça. Podemos pensar, então, em conjunto a questão do estigma contra a mulher e o estigma que, sem dúvida, existe com relação à população negra. O Sérgio concluiu muito bem, a partir da sua pesquisa, que negros e brancos, no

banco dos réus, têm basicamente a mesma situação socioeconômica e que as penas são diferenciadas. Quando o Sérgio e o Geledés faziam essa pesquisa, eu ainda estava advogando alguns casos e na minha própria banca teve um que eu decidi enfrentar com a questão racial. Porque outra coisa que tem acontecido, via de regra, na justiça criminal, é a seguinte: a vítima, antes de entrar na sala do juiz, pede para que o réu seja retirado da sala. E eu não sei se é porque são os meus clientes, mas, na maioria das vezes, isso acontece quando o réu é negro. Eu, obviamente, advogo, na maioria dos casos, para negros. Isso cria já uma situação, para o juiz, de “pré-conceito”, quer dizer, já é um prejulgamento, porque a vítima diz assim: “Fui ameaçada pelo réu e vou me sentir constrangida de fazer meu depoimento na frente dele”. Desta forma, o réu é retirado da sala. Na maioria das vezes, principalmente quando é roubo seguido de prisão em flagrante, o réu está algemado, de chinelos, com uma roupa muito simples. O sujeito já chega por baixo. Ele também, na maioria das vezes ou boa parte das vezes, está enfrentando algo que nunca imaginou e está vendo um monstro na frente dele: um juiz, um aparato. Eu não sei se a pesquisa do Sérgio, em um dos seus desdobramentos, trata de réus primários ou não, mas para quem é primário isto é terrível. No momento de crise em que nós estamos, tenho enfrentado julgamentos de jovens que roubam passe de ônibus, vale-transporte e têm sido punidos com pena de reclusão de três a cinco anos.

Em uma destas situações, quando alguém se negou a falar diante do réu, aleguei não aceitar, porque o réu, até mesmo por um problema de desorganização da justiça, estava solto e tinha o endereço da vítima, o seu endereço comercial, e teria com facilidade a possibilidade de saber onde os filhos da vítima estudavam. Há meses eles se encontravam no corredor do fórum. Inclusive, um dia, o réu ficou sentado na frente da vítima, que não sabia quem era, e nem por isso se sentiu constrangida. Eu pedi ao juiz que fizesse uma diligência que obrigasse o sujeito a reconhecer o réu porque ele não o tinha visto. Pois no fórum, como as instalações são inadequadas, tem um momento em que o juiz pergunta o seguinte: “É esse o sujeito que cometeu o delito?” E a pessoa diz que é. Quando a vítima diz que não quer fazer o depoimento na frente do réu, este é colocado atrás da porta e a pessoa o vê pela fresta da porta. Se ele é negro, serve qualquer um. Eu afirmei isso nas minhas alegações finais e esse réu foi absolvido. Eu gostaria que a Sueli e o Sérgio comentassem um pouco a falta de vontade política do Poder Judiciário em encarar essas questões de frente.

O Eduardo trouxe uma questão interessante: a “guerra santa” e a questão da tolerância religiosa. Eu queria que ele comentasse sobre os diferentes níveis de indignação que nós vivenciamos. Todos ficamos indignados quando o pastor chutou a santa no dia 12 de outubro. Mas nunca ninguém ficou indignado quando ele chutava as imagens das religiões afro-brasileiras. A prática do chute e de quebrar santo, por parte deste ou de outros pastores, tem sido comum. E nós ficamos indignados dessa vez, não nos indignamos das outras vezes. Toleramos algumas coisas, e não outras. Alguns fatos nós classificamos como “intolerância”, outros, não. Eu gostaria que o Eduardo comentasse isso: por que nós nos indignamos com esta questão da santa ou quando alguém mata um ministro de Israel, mas a mesma indignação não acontece quando as vítimas são os sérvios ou os bósnios? Como pensar a questão racial no interior desta discussão?

Com relação à ideologia da democracia racial, não acho que esteja introjetada nas pessoas. Começo a acreditar que há, por parte dos brasileiros, uma acomodação: “Se não há democracia racial no Brasil, é por um problema dos negros e é um problema dos pobres”. Um problema “deles”, não um problema “nosso”. Até porque nós negros não compreendemos

o que é democracia, muito menos o que é democracia racial! O dia em que tivermos essa compreensão, vamos tomar o poder pelo voto. Democracia: um homem, um voto.

Vera Silva Telles — As questões que vou propor para a mesa não estão, evidentemente, sistematizadas. Tentarei colocar problemas e inquietações provocadas pelas várias exposições, a começar pela fala da Sônia Corrêa.

A Sônia lança a seguinte questão: em que medida a conquista de uma série de direitos, de uma identidade reconhecida, pelo menos parcialmente, das mulheres na esfera pública, após décadas de movimentação, chega ou não a mudar padrões societários na relação entre os gêneros e na representação pública que constrói as figuras de gênero. Esta é uma maneira possível de entender a questão apresentada, quando se problematiza a noção de discriminação, sugerindo, enfim, que, no limite, esta noção, pelo menos tal como foi construída, associada à idéia de segregação, preconceito etc., não consegue mais descrever a realidade das mulheres. Até que ponto existe, de fato, esta relação entre a conquista dos direitos e a inscrição desses direitos no plano da lei e o acesso à esfera pública nesses padrões societários?

É uma questão candente que, por outro percurso, problematiza as colocações da Sueli Carneiro, que propõe uma versão nada positiva da relação entre os ganhos legais e a prática. E não só a prática daquilo que ela descreve, mas as questões que o Arruda coloca, que são, vamos dizer, os rituais dessa vida cotidiana que nos tribunais são tão expressivos. Porque as discriminações são, muitas vezes, sutis. São os rituais, a maneira como são ritualizadas, codificadas. E elas, muitas vezes, são sutis, não porque a discriminação seja evidente, mas porque é difícil nomeá-la como tal. Colocamo-nos diante do problema que a Sueli propõe: a dificuldade da luta contra o racismo e de colocá-lo realmente nas barras do tribunal, que passa pela dificuldade de tipificar a própria situação de discriminação. Há uma sutileza nos padrões societários que eu gostaria de propor para discussão. No fundo, poderíamos pensar o seguinte: a dimensão mais espetacular, mais visível, mais pública da discriminação teria sido amenizada; há, no entanto, uma sutileza nos padrões, nem sempre tão sutis. Enfim, uma lógica das discriminações que escapa dessa dimensão mais visível.

Para não ficarmos apenas situando onde as práticas de discriminação permanecem, por que permanecem e em que termos permanecem, creio importante retomar algo que já foi dito: no limite, o problema da discriminação é um problema da justiça. Isto toca em uma questão também levantada pelo Arruda, sobre os patamares de indignação moral. Quer dizer, nos indignamos com muitas coisas, mas nem sempre nos indignamos quando uma regra de justiça é violada. Isto afeta as mulheres e, sobretudo, os negros. Até que ponto tudo isto está tendo efeitos na dinâmica societária, nas dimensões prosaicas — nem sempre tão prosaicas — da vida societária?

Algumas questões me deixaram muito intrigada, e eu gostaria que a Sônia as comentasse um pouco mais. Se é verdade que a condição de gênero já não tipifica em si mesma uma condição, uma situação de estigmatização e discriminação, e que quando isto ocorre está indexado a outras situações, como raça, classe ou comportamentos morais discriminados, teríamos que colocar a seguinte possibilidade: no limite, a situação de gênero deixa de ser um problema. Ou seja, a Sônia afirma que a discriminação já não é uma boa descrição da situação das mulheres, embora existam situações em que a discriminação ocorre. Mas, enfim, ficou sugerido que seriam os redutos que não foram atingidos pela tarefa civilizatória da conquista dos direitos e que, então, em algum momento, isso vai se resolver. De toda maneira, há uma questão teórica a ser pensada: afinal de contas, o que é a “questão

de gênero”? É questão que suscita uma reflexão política, uma reflexão teórica, e coloca problemas éticos também, ou seja, algo mais do que simplesmente uma questão de interesse sociológico.

Assim, se é verdade que as noções de discriminação, de preconceito, de segregação não descrevem, por que, então, têm tanta plausibilidade no discurso político, na denúncia da violência contra a mulher ou na questão das cotas? Gostaria de ouvir hoje o debate sobre as cotas, tema sobre o qual tenho muitas dúvidas. O meu impulso imediato é afirmar que não gosto da idéia, que se trata de uma idéia complicada; creio que temos aqui uma questão, e eu gostaria de ouvir os argumentos a favor e contra. O argumento, até onde eu consegui acompanhar o debate, é exatamente de que se trata de um artifício, uma intervenção do Estado — a “ação afirmativa” — no sentido de conseguir superar certas assimetrias fundamentais no ponto de partida e conseguir construir uma suposta condição de paridade na vida pública. Onde entra a questão das cotas nessa discussão? É importante lembrar que, independentemente da nossa posição a favor ou contra, trata-se de algo que vem ganhando uma certa ressonância e plausibilidade.

Outra questão que me intrigou está ligada às políticas das identidades, colocada pela Sônia. O que significaria esta política da identidade, que não é simplesmente a afirmação de uma identidade sociológica ou algo retórico, ou seja, tem um sentido evidentemente político e simbólico de reconhecimento de uma identidade que foi discriminada ou inferiorizada? O que significa, então, a política da identidade, se a questão é a sua relação com o problema da discriminação?

Retomando o comentário que eu estava fazendo no início, concordo que, de fato, nas novelas, no discurso da mídia, a imagem inferiorizada da mulher está pelo menos atenuada; mas como isto rebate nos padrões societários que repõem o tempo todo essas discriminações? Seguindo as falas da Sueli, do Sérgio e do Arruda: qual a sua relação com a lei? Se em certas dimensões, talvez mais visíveis, mais espetaculares, as discriminações foram contornadas ou superadas — não sei até que ponto —, qual é a lógica que repõe esta discriminação? Senti muito, de fato, o impacto da exposição da Sueli, que trata de pontos relacionados especificamente com a questão negra, que tem uma história, uma lógica que não é exatamente a mesma das mulheres.

Ao problematizar a noção de discriminação, creio importante não colocá-la como uma categoria absolutamente genérica, que reúne em uma mesma situação os negros, as mulheres, os índios — para retomar a discussão de ontem. Quer dizer, vira uma etiqueta onde parece que está tudo resolvido, mas na verdade nos obriga a pensar as lógicas e os percursos de cada situação. Quando se afirma que temos uma legislação que pode não ser tão avançada, mas em que a discriminação é classificada como crime etc., a passagem disso para o plano dos direitos, a passagem da experiência da discriminação e da humilhação, uma experiência inteiramente imbricada na vida privada — e é isso que ela coloca quando diz o quanto é difícil fazer a denúncia pública, porque envolve a relação com o chefe, com o vizinho, com a polícia, o que significa expor a vida privada de cada um, e nós sabemos que essa exposição é muito dolorosa, além de perigosa, porque envolve jogo de poderes —, a dificuldade não é só tipificar a situação, mas a passagem disso para o direito como linguagem do direito e como direito formalizado, aquilo que vai para as barras do tribunal e que significa sua formalização na linguagem pública como direito.

Gostaria de provocar um pouco o Sérgio, quando ele diz que a diferença entre brancos e negros não é uma diferença social, mas uma diferença no acesso à lei: quais são as mediações desse acesso à lei? O Sérgio faz uma etnografia de uma dessas dimensões

do acesso à lei que é a administração da justiça, o que demarca um território muito importante para pensarmos o problema. Tem a questão de como este sujeito de direito se constitui, como a justiça é administrada e todos os problemas que o Sérgio apresentou, com evidências absolutamente acachapantes. Isto me dá uma pista para pensar um outro problema: saber exatamente como passar da vivência muda do racismo ou da discriminação para a linguagem dos direitos. Uma discussão antiga que, diga-se de passagem, foi inaugurada pelas mulheres, quando tematizaram a vida privada. Mas eu não sei até que ponto esta questão não foi reaberta, exatamente porque uma série de conquistas foi alcançada. Em um certo sentido, isto reabre a questão de fundo: que dinâmica é essa que pode permitir que a mediação civil dos direitos, a mediação simbólica da linguagem dos direitos perpassasse essa experiência muda da violência e da discriminação? “Muda” em um duplo sentido. Primeiro, porque é difícil tipificar, e, segundo, porque muitas vezes há grande dificuldade em nomear uma situação clara de discriminação. Questão, aliás, que o Sérgio sugere também, mostrando a dificuldade em se provar o racismo. Não temos como nomear isso como racismo, no entanto os dados o demonstram. Como o racismo é nomeado e problematizado na esfera pública pelos protagonistas envolvidos nesta situação?

Debate

Omar Ribeiro Thomaz (Cebrap) — Colocarei questões pontuais, a primeira para a Sueli. A ineficácia legal não estaria diretamente relacionada com a dureza da lei? Além do problema que a Vera colocou — como tipificar, como caracterizar algo como “crime racial” —, de alguma forma, a lei é tão dura, que é como se ela existisse para não ser aplicada. No que se refere à questão da mídia, gostaria ainda que a Sueli comentasse a presença de personagens negros nas novelas, em especial na última novela das oito, que, a meu ver, foi uma espécie de faca de dois gumes. Se por um lado é evidente que se trata de uma conquista do movimento, no sentido da relação do movimento com uma mídia — não é qualquer coisa conseguir algo da Globo —, por outro, a caracterização dessa família não deixa de suscitar alguns problemas. Problemas que, aliás, foram colocados por setores do próprio movimento negro: uma família negra muito feliz que tinha problemas mas que, apesar de tudo, tinha conseguido vencer. A sensação que eu tive com essa família foi que, de alguma forma, ela acabava glorificando o mito da democracia racial. Ou seja, se você trabalhar, se você se esforçar, se for bonito — trata-se de uma família muito “bonita” do ponto de vista ocidental —, você chega lá. No último capítulo, o curioso é que o Pitanga era um personagem que carregava uma culpa, ou seja, ele só tinha “chegado lá” porque tinha mentido. Eu gostaria que você comentasse a caracterização desta família.

Pediria ao Eduardo que falasse um pouco mais da questão da democracia racial. O que é o mito da democracia racial? Do que estamos falando quando falamos de democracia racial? O Arruda fez algumas afirmações das quais eu discordo, pois a ideologia da democracia racial prescinde da democracia formal — e essa é a nossa tragédia. A ideologia da democracia racial cresce e se alimenta em regimes autoritários. Trata-se da incorporação de determinados setores da população no interior de uma estrutura hierárquica. Uma incorporação que supõe um ideal que, se não corresponde à realidade, existe no nível das idéias: a idéia de que nós não queremos ter conflito. Ou seja, nós queremos nos relacionar. Que isso se dê de uma forma trágica, é o que estamos discutindo aqui.

Albertina Costa (Fundação Carlos Chagas) — No que se refere à fala da Sônia, gostaria de retomar a questão da Vera: que importância tem o “gênero”? Tenho a impressão de que, usemos a palavra que quisermos — “discriminação”, “hierarquia”, “gênero”—, compartilhamos há muito tempo uma agenda na qual tentamos hierarquizar catástrofes. A discriminação diminuiu porque, depois de vinte anos, temos um processo de acesso mais igualitário à lei; nem de acesso, de equalização da lei. Com o aumento da exclusão, da pobreza, que relevância tem pensar em discriminação no conselho de ministros, para usar o seu exemplo? É complicado “medir” discriminação. Existem estudos empíricos de sociologia na França, na Inglaterra, medindo distância social entre homens e mulheres da mesma posição social. Eu não conhecia essa diferença que a Sônia mencionou sobre os economistas homens falarem em “discriminação” e as mulheres em “gênero”. Em geral, vejo economistas homens falando em “diferença residual”, em “segmentação do mercado”.

Tenho também uma pergunta “perplexa” à Sueli, para a qual eu tive que juntar muita coragem, que é a respeito da ação do Geledés em relação à Globo. É o seguinte: eu acho que foi legal, que foi uma cena que teve resultados bons e com a qual eu fiquei muito contente. Mas tenho a impressão de que resulta em uma certa confusão, em uma situação muito complexa: o que aconteceria se todos os segmentos comessem a impetrar ações contra a televisão? Se, por exemplo, a sociedade rural brasileira promover uma ação contra a imagem deformada dos latifundiários tradicionalmente veiculada pela TV e não a de modernos administradores, como eles gostariam de ser representados. Creio que isso gera novos problemas.

Aurélio Rios (Ministério Público Federal) — Estou lidando já há algum tempo com a questão dos direitos, e operando este instrumento em vários lugares, especialmente na justiça federal. Creio que seria interessante colocar algumas questões da perspectiva do direito. A primeira, relacionada com o que foi dito pela Sônia, de que uma das tarefas do SOS Racismo seria, de algum modo, exteriorizar as ações judiciais que por acaso não atendam às demandas propostas pelo SOS Racismo. Creio que isto precisa ser entendido com a devida cautela. O Poder Judiciário julga de acordo com provas, com determinadas circunstâncias objetivas e subjetivas. Isto é verdade na medida em que, quando se conversa sobre a inversão do ônus da prova, lidamos sempre com uma questão delicada, porque você também pode, na inversão da prova, travestir o próprio racismo, a própria discriminação, a partir do momento em que, por exemplo, a empresa vai alegar que dispensou aquele empregado não por ser negro, mas por ser incompetente, e demonstrar, através de provas, que ele é realmente incompetente, um funcionário relapso e que deveria mesmo ser demitido. Ou seja, a própria questão étnica passa despercebida em razão de outros critérios objetivos.

Foram levantados outros elementos que eu gostaria que a mesa comentasse: a “discriminação positiva” e a “ação afirmativa”. Quando nós falamos em discriminação, falamos de “discriminação negativa”, daquela que nos inferioriza, que nos deixa em uma situação pior do que aquela em que já estamos. Em alguns países — os Estados Unidos são um bom exemplo — promovem-se ações afirmativas no sentido de tentar diminuir os desequilíbrios. Parte-se do pressuposto de que a verdadeira igualdade não consiste em tratar igualmente os iguais, mas, exatamente, em tratar desigualmente os desiguais. E, nessa inversão, o Estado dedicaria parte das vagas da própria administração pública, das escolas para as minorias inferiorizadas dentro do mercado de trabalho ou no acesso à própria escola. Este é um ponto interessante que coloca alguns problemas: por exemplo, a admissão por algumas universidades de estudantes índios que contavam com vagas especiais, em Belém

e Manaus, acabou sendo uma experiência absolutamente desastrosa, porque os índios não conseguiram acompanhar o currículo mínimo exigido pelas escolas, o que acabou por reforçar o próprio preconceito — “os índios são realmente ignorantes” etc. “Levaram bomba”, não foram aprovados. Certas iniciativas que têm o propósito de tentar equilibrar situações desiguais geram e reforçam novas formas de discriminação — e eu digo isto porque sou defensor quase fervoroso da idéia de termos ações afirmativas no Brasil. Não só em relação aos negros e aos índios, mas também em relação a ciganos e outras minorias não tão facilmente identificadas.

Um outro ponto diz respeito especialmente à fala do professor Sérgio Adorno, quando se enfrenta a questão do Poder Judiciário, das diferenças de acesso e na distribuição da justiça, algo que qualquer um com alguma sensibilidade já intui que havia. Era demasiadamente óbvio que a justiça não funcionava, e o Núcleo de Estudos da Violência precisou demonstrar o óbvio: que a justiça funciona mal, é lerda e, evidentemente, discriminatória tanto no acesso quanto na prestação judicial. Mas é importante lembrar que a justiça é ineficaz em todas as situações, não só em relação a questões étnicas ou sociais, mas sob todos os aspectos. Experimentem os senhores, por exemplo, litigar com a Mitsubishi a respeito da compra de um televisor defeituoso que veio, por exemplo, sem a tela. Experimentem tentar invocar o princípio da igualdade de oportunidades e estabelecer as provas partindo da idéia de que seria possível a defesa igualmente. Os senhores terão a desagradável surpresa de ver que essa mesma situação que ocorre com negros da zona leste de São Paulo também se reproduzirá em outros casos. A questão que coloco para os senhores é a seguinte: de que modo podemos estabelecer o direito às diferenças e “ações afirmativas” que tentem igualar aqueles setores que estão evidentemente diferenciados na sociedade brasileira, sem acabar reforçando a idéia seja da democracia racial, seja do próprio preconceito? De algum modo, esses mitos nos colocam numa armadilha, em uma via de mão dupla.

No que se refere à mulher, por exemplo, há algo fantástico, atualíssimo, e que não foi abordado aqui: a questão do assédio sexual. É inacreditável, pois trata-se de algo aparentemente óbvio quando imaginamos uma secretária que está sendo assediada por um chefe, por um diretor de empresa. Mas, evidentemente, isso levado ao exagero, às últimas conseqüências — por exemplo, a idéia de que se resolve o problema criando um tipo penal e aumentando a penalidade — simplesmente inibe de forma quase absoluta, destrói algum tipo de assertividade das relações entre homens e mulheres. Por exemplo, na Universidade de Cambridge, você tem um guia de como ser “sexualmente correto”, onde se estabelece que um homem deve dar uma distância de dez metros de uma mulher que estiver andando à sua frente. Um deputado de São Paulo, o Jair Menegueli, do PT, disse claramente: “Eu não entro, no Congresso Nacional, em nenhum elevador que tenha uma mulher; eu espero alguém entrar para que eu possa entrar também”. Este tipo de situação gera as duas coisas: não se pode, evidentemente, incentivar o uso que alguns fazem do cargo ou da situação econômica para aproveitar-se sexualmente, mas a generalização desse procedimento dá um tom quase histórico à questão. Eu não sei em que medida as mulheres podem tirar algum proveito disso.

Sônia Corrêa — Comecei dizendo que traria idéias exploratórias e inconclusas, e as questões que foram colocadas me dizem que, de fato, vão continuar um pouco inconclusas. Eu não tenho a pretensão de esgotá-las, sobretudo as questões levantadas pela Vera. As questões colocadas pela Vera e pelo Arruda me ajudam, inclusive, a reconhecer

melhor qual foi o meu percurso neste exercício exploratório, que eu tentarei tornar mais transparente aqui. De onde eu falo? Eu falo deste lugar difícil, que tenta articular a teoria e a dimensão ético-política da transformação. Eu venho de um lugar do movimento de mulheres que fez esse trânsito do uso do conceito de patriarcado como instrumento não só teórico, mas político, agregado a “subordinação”, “dominação” e “discriminação”, mais ou menos linearmente, para o uso do gênero como categoria de análise. E, nesta trajetória, eu não teria dúvida em afirmar que “subordinação” e “dominação” não têm mais tanta ressonância e que, possivelmente, “gênero”, como construção relacional, onde você pensa a questão da identidade não mais apenas como a identidade da mulher, mas em uma situação relacional que exige a transformação do masculino, é muito mais adequado para lidar com os processos de transformação que estamos manejando. Quando me trouxeram o tema da discriminação, me dei conta de que era um “pacote”: “patriarcado-subordinação-exploração-dominação-discriminação”. O meu percurso foi no sentido de checar em que medida o abandono de determinados conceitos faz sentido, não do ponto de vista teórico, mas do ponto de vista da dimensão ético-política.

Eu diria que a mutação pela qual passou a sociedade brasileira tem uma dimensão jurídico-legal, mas tenho repetido — e quero dizer aqui de novo e gostaria de ouvir reações — crer que o impacto mais importante do feminismo foi no plano das mentalidades; portanto, das representações. Muito mais até, em um certo sentido, na sociedade, do que o efeito do jurídico. Porque também para as mulheres as legislações não estão sendo aplicadas, o acesso à justiça também não está assegurado. O impacto é muito maior no plano da representação. E acho que é nesta mutação que os sinais de segregação, estigma, até de certos preconceitos, vão se transformando, o que não quer dizer que acabem. Eu dizia para a Albertina, no intervalo, que lidamos agora com “formas brandas”. Você não tem o estigma, mas tem formas de desqualificação, de desrespeito. Na minha própria experiência, sendo uma mulher de classe média, formada, chegando nesses lugares que permanecem segregados do mundo público, que são, por excelência, masculinos — uma reunião dos ministros, por exemplo —, há aceitação: você está aqui e é bom. O passo seguinte é a prova da competência. Você tem que provar que é competente. Provando que é competente, quem sabe se estabelece a relação e o processo flui. Mas tem um ritual de passagem do estigma que é discriminação mais marcada, mais visível, nesse novo momento.

Quanto à questão mais central — o que é “gênero” —, eu digo o seguinte: não vamos jogar fora a “discriminação”. A minha questão é: “desigualdade” equaliza com “discriminação”? É esta pergunta que temos que responder. “Desigualdade” podemos equalizar, como já fizemos com “subordinação”, de certa forma também usando o “*band-aid*” da “discriminação”. “Desigualdade de gênero” é igual a “discriminação”? Por esta razão é interessante esta percepção dos economistas homens e das analistas do mercado de trabalho. Quando as feministas trabalham sobre mercado de trabalho e vêem essa disparidade salarial, usam a “desigualdade entre os gêneros” porque acham mais forte, porque se obrigam a repensar a economia no seu conjunto, a relação entre produção e reprodução. E os economistas homens, do meu ponto de vista, e eu posso estar enganada, vêem da seguinte forma: “Não, discriminação é uma coisa do plano cultural; isso se transforma, não é de natureza estrutural”. Esta tensão é interessante.

Agora, quero fazer uma pontuação a partir da pergunta do Arruda. Quando pensei no tema da discriminação, o que primeiro me veio à cabeça foi a idéia de que isso tem que ser problematizado, ou, pelo menos, revisitado à luz das novas condições. Uma coisa de que tenho certeza é que situações de violência sexual, violência doméstica, assédio sexual

não podem ser tratadas como discriminação. Trata-se de fenômenos de outra natureza, que têm a ver exatamente com aquilo que eu dizia antes: se a discriminação se estabelece, está marcada pela distância social entre grupos ou pessoas. Estupro, violência doméstica são, talvez, os fatos mais brutais da construção das relações de gênero na sociedade brasileira, mas não podemos tratá-los sob o “chapéu” da discriminação. Isso é uma outra coisa, muito mais complexa, que me faz lembrar Hegel e a dialética do senhor e do escravo. Quer dizer, esta é uma dinâmica extremamente complexa, em que você destrói e ataca aquele que também lhe atrai. Acho que temos que recorrer a outras categorias e outros instrumentos de análise. Se há um campo onde o conceito de discriminação certamente não se aplica e que tem a ver com desigualdade de construção de gênero é este da violência sexual, da violência doméstica, da brutalização. Este tem que ser tratado com um outro instrumento, e não podemos usar a “discriminação”.

Sueli Carneiro — Os movimentos sociais, principalmente o movimento de mulheres e o movimento negro, realizaram todo um esforço de construir direitos, de reconceitualizar cidadania, democracia. Há todo um esforço brutal no sentido de contemplar, de conquistar novos direitos ou de assegurar os direitos da cidadania. E quando você inscreve, por exemplo, em uma Constituição estes novos direitos, quando conquista estas coisas, quando entra na fase de consolidação desses direitos, o peso do racismo, do sexismo faz com que estas conquistas se voltem contra você mesmo. Então, as mulheres lutam, conseguem ampliação do direito da maternidade, da paternidade etc., mas o resultado concreto disso é que, para assegurar o seu lugar no mercado de trabalho, você tem que se submeter à laqueadura ou à esterilização. Os negros lutam, passam vinte anos brigando para dizer que existe racismo no Brasil, para desfazer o mito da democracia racial, conseguem escrever na Constituição que racismo é crime inafiançável e imprescritível, e o aplicador da justiça vem e diz: “Ah, mas nem homicídio é imprescritível, como uma bobagem como o racismo vai ser tratada assim? Não podemos criminalizar, não podemos dar a um crime como este um estatuto superior ao de um crime como o homicídio”. Ou seja, trabalhamos o tempo todo segundo essa dinâmica: um esforço brutal para conquistar direitos e a impossibilidade de concretizá-los, de realizá-los na prática concreta. Este tem sido, de alguma maneira, o percurso do movimento de mulheres e particularmente do movimento negro. Então, indo na direção do que o Omar falou, há leis que são feitas para não serem cumpridas, e a legislação anti-racista tem esse caráter: existe para não ser aplicada, não reverter, efetivamente em uma cidadania maior para os negros.

E em relação à novela aconteceu a mesma coisa. Ao contrário do que a Albertina disse, e eu aproveitei para esclarecer este ponto, não foi uma “cena”. Foi realizada uma reflexão. Eu até cheguei a ouvir gente falar: “Que genial criar esse fato!” Mas não foi nada disso. A idéia era muito mais simples. Nós ficamos profundamente indignados com o que assistimos na televisão. Brutalmente, absolutamente indignados. E entendíamos o seguinte: se ficarmos calados, não justificaremos a existência desse serviço, o SOS Racismo. Quer dizer, foi a indignação que nos levou a reagir daquela maneira. A avaliação que tínhamos era a de que seria uma briga de formiga contra elefante, ficaríamos isolados politicamente, como de fato ficamos. Não tivemos apoio de nenhum setor. Só os grupos lésbicos e *gays* se solidarizaram conosco naquela ação, e, na verdade, fomos salvos por conta da própria Rede Globo, pois ficamos profundamente isolados. Reagimos sabendo que íamos para o sacrifício, mesmo em uma situação adversa como aquela, porque era inadmissível que a Rede Globo continuasse brincando conosco daquela maneira. A cena da novela vinha muito

colada no debate da “curva do sino” e parecia, naquele momento, que tinha sido feita como uma versão nacional, tupiniquim, da “curva do sino”. Para mim, esta associação era nítida. Então, reagimos por pura indignação. A intenção não era criar um fato político, não era fazer nenhuma “cena”. Agora, a mídia, particularmente a imprensa, construiu aquela coisa e a Rede Globo, não sabemos por quê, se apavorou, recuou e acabou nos permitindo capitalizar algo que entendíamos que resultaria em um grande desgaste político para a organização. Tínhamos, no entanto, assumido que iríamos para o enfrentamento e o desgaste. Aí, “a volta da cabocla” da Rede Globo foi *A próxima vítima*. Mas o que entendemos que foi importante naquilo foi demonstrar que não vamos tolerar mais esse tipo de coisa. Esta é a questão fundamental. Seja a Rede Globo, seja o papa, seja quem for, não se tolera mais. Se a sociedade brasileira quer, ou uma emissora como a Rede Globo quer insistir em veicular o negro como passivo, imbecilizado, infantilizado, ela pode fazê-lo, tem a liberdade. E nós, se nos sentimos humilhados, menosprezados, atingidos na nossa dignidade, temos assegurado o direito de reagir.

Apesar de *A próxima vítima* ter invertido completamente o eixo de *Pátria minha*, do ponto de vista da auto-estima da comunidade negra, representou algo absolutamente espetacular. É evidente que a militância tem uma determinada visão sobre essas coisas, mas o conjunto da população se sentiu muito resgatado na sua auto-estima com a imagem veiculada. Os setores não organizados querem se ver daquela maneira, querem ter a possibilidade de também se ver daquela maneira. Creio que é um desejo legítimo, tendo em vista que, historicamente, nós só somos retratados como imbecis, idiotas, servis, passivos, preguiçosos e tudo o que costuma ser associado ao negro. Foi uma coisa importante, com todas as reservas que podem ser feitas. Foi muito importante para a população negra a mudança daquela imagem, como tem sido também, ainda que não o suficiente, a presença dos negros nas propagandas, que se viu sensivelmente incrementada nos últimos tempos. Vimos lutando historicamente para isso, para que o negro passe a estar presente nos meios de comunicação de uma maneira mais compatível com a sua presença no conjunto da população.

No que se refere à discriminação positiva, eu só quero deixar clara a minha posição. Esta sociedade produziu uma legislação negativa. Esta sociedade em momento nenhum teve pejo e pudor de inscrever nas suas cartas legais um conjunto de ações negativas. Há um estoque legal, que vem desde a escravidão, claramente destinado a impedir, obstar, excluir a população negra — nisto o Arruda é especialista. A Lei do Sexagenário: “qualquer escravo com mais de 65 anos está livre para etc.”, se conseguir chegar lá! Imaginem a esperança de vida de um escravo durante a escravidão! Qualquer escravo podia, após 60 anos, estar livre para ganhar a sua vida como bem entendesse — aqueles que conseguissem sobreviver trabalhando nas condições em que trabalhavam! A Lei do Ventre Livre: “a mãe pode ficar com a criança até os 8 anos de idade”, mas se a criança não for para a rua até os 21 anos o patrão tem que ser ressarcido. Tem ainda a lei de vadiagem, que todo mundo sabe o que significa e qual o seu impacto, até hoje, sobre a população negra.

O passe sul-africano, aqui, para o negro é a carteira assinada. Um negro que não tem carteira assinada, até segundo aviso, é marginal. A lei de migração: “esta sociedade vai preservar seus melhores valores étnicos, abrindo a imigração aos povos europeus e cerceando a imigração aos povos asiáticos e africanos”. Nunca se discutiu este conjunto discriminatório que está contemplado em diferentes legislações. E esse entulho todo, aliado às práticas persistentes de discriminação presentes na nossa sociedade, explica os níveis de desigualdade sofridos pela população negra em relação aos outros segmentos raciais.

Ora, isto foi construído socialmente, produzido culturalmente, intencionalmente e legalmente. E só existe uma possibilidade de reverter este quadro: desconstruí-lo intencionalmente e, inclusive, legalmente. Como é que você realiza igualdade de oportunidades e de direitos mantendo a situação atual? Na hipótese de cessarem, neste momento, todos os processos de discriminação racial e sexual, a população negra continuará não tendo condições de vir a realizar esta igualdade se não eliminar o *gap* diferencial, a desvantagem histórica que acumulou. Vamos tomar só o caso das mulheres. O Censo de 1980 diz que o índice de analfabetismo entre as mulheres brancas é da ordem de 24%, e entre as negras, de 48%. Simplesmente o dobro! Como resolvo isto? Se não tenho uma política deliberada de colocar este segmento em condições de disputar em igualdade com os demais, como construo esta igualdade? Eu tenho que, pelo menos, tirar do analfabetismo 24% das mulheres negras para que elas possam começar a disputar em igualdade de condições com as mulheres brancas. Nem é necessário falar dos homens. Sem a “ação afirmativa”, sem cotas, não tem saída. Nós estamos falando de uma disputa entre lebre e tartaruga. Ou, como diz o nosso companheiro Medeiros: “São dois corredores, um amarrado e o outro solto”. Construir a democracia, consolidar a democracia é enfrentar objetivamente essas questões. É evidente que se eu comprei um televisor da Mitsubishi sem tela... — afinal, de quem estamos falando? Eu estou falando de diferenciais socioeconômicos presentes dentro dos segmentos raciais. Uma mulher negra ganha quatro vezes menos do que um homem branco. Como resolvemos isto?

Em alguns setores a pirâmide é assim, de cima para baixo: homem branco, mulher branca, homem negro, mulher negra. Em algumas situações ocupacionais, o homem negro e a mulher branca quase têm paridade de ganhos. Quando falo de “negros”, refiro-me a “pardo” mais “preto”, aquilo que o Censo define como “pardo” e “preto”, há ainda “branco” e “amarelo. Nós, politicamente, consideramos população negra a somatória de pretos com pardos. Até porque pretos e pardos são absolutamente homogêneos do ponto de vista socioeconômico. Isso nos permite tratá-los todos como negros. Quer dizer, existe um fosso, mas é entre brancos e não-brancos. E nós temos que enfrentar isso. Que sociedade nós queremos?

Sônia Corrêa — A Vera levantou a questão da “ação afirmativa”, das cotas. Eu acompanho a Sueli. Não quero cair na idéia de que com as cotas, com a ação afirmativa vamos resolver tudo. Acho importantíssimo que o debate aconteça. Aliás, acho que, nesse plano, uma das coisas mais interessantes a que eu assisti foi um debate na CUT-Recife entre uma pessoa favorável às cotas e outra contra. O debate foi muito rico. Pode ser problemático em algum momento? Sem dúvida. Não vamos tornar isso a panacéia do planeta ou do Brasil. Agora, a mera emergência dessa discussão, no plano dos partidos, com relação à ação afirmativa na educação ou às cotas, por exemplo, é fundamental. Você não vai tratar isso como o modelo, o milagre, a solução. Não é uma receita mágica.

A Albertina perguntou se, ante a crescente desigualdade brasileira, os avassaladores problemas da nação, estamos de novo entre o geral e o específico: “vamos parar de falar em discriminação da mulher porque, finalmente, os outros são mais discriminados”. Eu não pretendi dizer isto em nenhum momento. O desafio deste momento, para nós feministas que trabalhamos com gênero como categoria de análise, é fazer todo o esforço teórico de estudo e de pesquisa para demonstrar, de forma consistente, como desigualdade de gênero se articula das mais diversas formas, no plano econômico, no social, político e cultural, com a construção da desigualdade maior. Esse exercício nós não fizemos e vamos

ter que fazer. É isso que está faltando: transitar da política da identidade, que foi o nosso campo, para articulá-la com a política de todos.

Eduardo H. P. de Oliveira — Eu concordo com o Omar quando ele afirma que o mito, a ideologia que sustenta a idéia de democracia racial, no Brasil, está entranhado nas pessoas. Afirmei isso e reafirmo. Acho que isso não é privilégio dos negros: é do *ethos* da sociedade brasileira.

Com relação à novela, se interpretarmos a reação do movimento negro — e aqui não estou me posicionando nem a favor nem contra — como uma mera ação corporativa, será algo equivalente a uma suposta reação dos ruralistas. Outro exemplo: o Rio de Janeiro foi a única cidade que decretou feriado no dia 20 de novembro por ocasião dos trezentos anos da morte de Zumbi. O prefeito da cidade foi contra, claro. Ele entrou na justiça contra o feriado e a justiça, na sexta-feira antes do feriado, deu ganho de causa aos vereadores, mas a cidade não foi avisada. O discurso corrente na cidade, estabelecido pela confusão de um feriado, era “por que os negros merecem um feriado?” Este foi o discurso que o presidente da Associação Comercial fez: “Nada contra Zumbi dos Palmares, acho que nós temos que lembrar, mas temos que lembrar também que um feriado a mais em um mês como este traz muito prejuízo para a cidade”. Esta é a questão. Então, eliminamos este feriado, mas também o 12 de outubro, porque ninguém me perguntou se eu queria feriado no dia 12 de outubro. O Arruda afirmou que todos nos indignamos quando o pastor chutou a santa. Bem, eu não sei se concordo, se tenho que me sentir indignado. Se religião é de foro individual, por que damos um tratamento não só coletivo como nacional à religião?

Quando um jornal como a *Folha de S. Paulo*, que tem importância central na formação de opinião, diz que, apesar da imprensa ter chamado de “guerra santa”, o Brasil é uma sociedade pacífica, tolerante, até que ponto existem diferentes níveis de indignação e de tolerância? Eu não me lembro exatamente da citação, mas achei fantástico quando o José Saramago respondeu a um jornalista que a palavra mais feia da língua portuguesa é “tolerância”. O jornalista desmontou: se “tolerância” expressa justamente a idéia da convivência entre as diferenças, uma idéia democrática, como pode ser uma palavra feia? E o Saramago respondeu: “Trata-se de uma palavra que sempre soa como concessão”. Sempre parece que intolerância é o normal entre as pessoas. E que a idéia de tolerância vem no sentido de que essa é uma concessão para que as pessoas possam conviver.

De fato, há diferentes níveis de indignação, o que está ligado à maneira como a nossa sociedade constrói a sua auto-representação. E o Arruda está certo quando lembra que há muitos anos as imagens dos orixás estão sendo quebradas e pisoteadas pelos evangélicos pentecostais e não há comoção nacional. Na Baixada Fluminense, há muitos anos, desde quando eu era adolescente, há “guerra santa”. Há um discurso superviolento por parte das Igrejas, por exemplo, de que as pessoas que praticam as religiões afro-brasileiras são devotas do demônio e que temos que combatê-las fisicamente. Isto não é marca da intolerância? O mito da democracia racial é uma necessidade paranóica do Brasil de resolver a vida social sem conflitos. Precisamos eliminar o conflito para achar que a sociedade funciona. E uma sociedade não funciona sem conflitos porque uma sociedade é justamente o conjunto de diferentes interesses.

Chama a atenção a idéia de que racismo, no Brasil, se relaciona diretamente com a idéia de violência. Quando as pessoas falam que não existe racismo no Brasil, estão afirmando que não existe violência racial no Brasil.

Sueli Carneiro — Racismo é o que tem na África do Sul...

Eduardo H. P. de Oliveira — Exatamente, racismo é o que tem na África do Sul porque é *apartheid* legalizado, segregação. Racismo é o que existe no Sul dos Estados Unidos. No Brasil não existe porque não há ódio racial ou violência provocada por este ódio racial. No Brasil não existe homicídio por motivação racial. É esta a definição de racismo? Esta é a definição de discriminação? Chamo a atenção de vocês para isso porque creio que o que se coloca como valores construídos socialmente — o mito da democracia racial — pode ser muito bem analisado se recorrermos à noção de ideologia de Mannheim, enquanto idéia, noção de mundo socialmente construída. A idéia de nação construída no Brasil se vincula fundamentalmente à necessidade de ausência de conflitos. A idéia de nação construída no Brasil é uma idéia que pretende unificar diferenças. Pretendeu-se construir a idéia de um povo único. E não cabe discutir se isso é bom ou é ruim — claro que há vantagens em viver no Brasil. Todo mundo, em algum momento, vai botar a mão no peito e dizer: “É fantástico viver aqui, olha como nós somos diferentes, olha como nós não somos a África do Sul, olha como nós não somos os Estados Unidos...” Mas a construção deste modelo precisou desta oposição para se legitimar.

O que é grave, com relação ao mito da democracia racial, é que as ciências sociais, os ditos cientistas, no Brasil, não só engoliram o discurso da democracia racial como evitaram problematizar profundamente as relações interétnicas no Brasil. Nós desenvolvemos, por exemplo, uma escola fantástica no que diz respeito à etnografia das sociedades indígenas. É fácil falar dos índios porque sempre temos a impressão de que eles não estão incluídos, de que eles não fazem parte da sociedade brasileira. Não há nenhum conflito. Eles querem terras? Nós damos as terras. O que é perigoso é que a construção da idéia de multiculturalismo está em voga em muitos lugares: o multiculturalismo é um discurso extremamente refinado, democrático, todo mundo tem o direito de ser índio, todo mundo tem o direito de ser hispânico, de ser negro, de fazer trancinha. Se possível, nós brancos também fazemos trancinha, dançamos *reggae*. O lado perverso deste discurso é, então, escamoteado. Com relação aos índios no Canadá, por exemplo, o governo diz: “Vocês têm as terras, eu pago uma indenização e tudo o que vocês acharem de recurso natural é de vocês; vocês elegem a sua representação, os brancos que vivem nas áreas indígenas do Canadá não podem votar na representação local, só os índios”. É ação afirmativa, multiculturalismo? O *apartheid* fez isso muito antes na África do Sul, usando o mesmo discurso: “Nós não temos nada contra os negros, eles têm todos os direitos de viver, de se desenvolver; só não queremos nos desenvolver juntos porque somos diferentes e apostamos na diferença, é positiva a diferença; criamos, então, terras para os negros, eles ficam lá, não nos incomodam e vice-versa”. A idéia da construção de uma África do Sul só para brancos era viabilizada por isso, por essa noção de que se poderia construir realmente a África do Sul para os brancos, de preferência, e os negros ficariam em seus redutos. Como discutir isto no Brasil urbano de hoje?

Temos, então, um problema com relação às ciências sociais no Brasil: elas não conseguem fugir do mito fundador das três raças. Nós no Brasil continuamos tendo índios, brancos e negros. Só isto? Esta é a questão. O que fundamenta a sociedade urbana brasileira, então, é a dicotomia branco/negro? Quer dizer que não existe identidade negra, por exemplo? Não existe estudo etnológico para o Brasil urbano? O branco, no Brasil, se identifica etnicamente enquanto branco? Claro que não. Mas que identidade é esta? E quem

responde a esta pergunta? Não existe identidade? Conseguimos construir uma sociedade em que não existem identidades, a não ser as identidades de cor? E as corporações, identidades profissionais, identidade de gênero? Não existe identidade cultural no Brasil? Ou, a identidade nacional brasileira responde por todas as outras? E aí chegaremos à seguinte questão: este Estado que administra uma sociedade que foi capaz de construir uma identidade única para si, que passou por cima das diferenças, tem que responder por que as diferenças culturais não servem para se perceber desigualdade no Brasil. Por que a diferença de origem não serve para perceber desigualdade no Brasil? Ou, por que não serve de base para a ação do Estado? Já que todo mundo é igual, o discurso é o da democracia. Mas, se o Estado serve a todo mundo, por que persiste a diferença, por exemplo, por conta de origem?

Com relação à ação afirmativa, a última vez que eu discuti este assunto alguém perguntou: “E se um negro que entrou na universidade para fazer engenharia porque era negro fizer um viaduto e o viaduto cair?” Eu perguntei: “Aquele viaduto no Rio de Janeiro, quando caiu, você perguntou se o engenheiro tinha competência para ter entrado na universidade, para estudar engenharia, se ele comprou ou não comprou o diploma? Você já está pressupondo que ele tinha competência para ser engenheiro, mas o negro não tem. Por quê?” Eu tenho a sensação de que no dia em que entrarmos em um hospital e os negros estiverem lá vestidos de branco, mas não sendo atendentes de enfermagem e sim médicos, e entrarmos nas faculdades de medicina ou engenharia e não vermos majoritariamente alunos brancos, quando a universidade, nos cursos que servem à elite, conseguir reproduzir a diversidade da sociedade brasileira, talvez então encontremos de fato o racismo e talvez o mito da democracia se desfaça. Porque talvez, quando existir competição de fato, o racismo apareça. Quando for normal entrar no consultório e o médico for negro, talvez aí sim a pessoa vire as costas e vá embora, porque com um médico negro ela não vai se tratar.

Saiu na *Folha de S. Paulo*, no dia 19 de outubro, um caderno especial sobre os cem anos da imigração japonesa no Brasil. Para ilustrar um pouco como essa diferença histórica de oportunidades se traduz na vida social, é interessante trazer à tona os seguintes dados. Os japoneses imigraram há cem anos, e existem cerca de cinco gerações de nipo-descendentes no Brasil. Segundo o Datafolha, na quarta e quinta geração de descendentes 49% têm renda superior a vinte salários mínimos e 53% possuem nível superior completo. Os japoneses não vieram aqui para construir a “Disneylândia”. Chegaram aqui porque, além de serem miseráveis, buscavam alternativas para sua realidade social. É justo que um país como o nosso, grande e rico, ofereça esse tipo de oportunidade. Mas por que a democracia racial brasileira é mais democrática para esse conjunto da população que veio para trabalhar na agricultura e, em quatro, cinco gerações, conseguiu construir um quadro social como este? E os negros, que estão aqui há pelo menos uns trezentos e cinquenta anos?

Sérgio Adorno — O Arruda me propôs duas questões muito pontuais para as quais eu vou dar respostas pontuais. Ele perguntou a respeito das condições de realização da pesquisa. Evidentemente, esta questão mereceria um debate muito mais amplo. Existem questões de ordem metodológica bastante complexas com relação aos procedimentos de coleta de dados e, sobretudo, com relação à questão da cor. Eu já tive a possibilidade de falar em outras oportunidades que a questão da cor é muito complicada, pois trabalho com o registro oficial, e a falta de confiabilidade dessa informação é muito grande. Mas, só para lembrar, há um fenômeno que observamos que é a “dança” da cor nos processos. Os indivíduos muitas vezes entram “pardos” e terminam “negros”, ou começam “brancos” e

terminam “negros”. Há um fenômeno que eu mais ou menos caracterizei como “empardecimento da população”. Os “brancos” tendem a se tornar “negros” e os “negros” tendem muitas vezes a “clarear”, conforme o desfecho do processo. Evidentemente, estas questões metodológicas são muito espinhosas. Muitas delas nós conseguimos resolver com relativo êxito e outras estão pendentes.

Eu trabalhei com uma equipe mista do Geledés e do Núcleo de Estudos da Violência, que era mista também no tocante à sua composição étnica. Eu não me dei conta, por exemplo, se as pesquisadoras negras enfrentaram maiores dificuldades do que as brancas. Tem um detalhe: as negras eram advogadas e as brancas não eram. Eu não sei se essa variável facilitou ou dificultou o trabalho. É uma questão a ser pensada.

Encontramos dificuldades de outras ordens; por exemplo, na cúpula. Na cúpula, nós sempre recebemos autorização dos juízes. São várias autorizações: do juiz da vara, depois do juiz corregedor etc. Estrategicamente, nunca falei que a pesquisa era sobre discriminação racial, porque se falasse eu não entraria. Eu não menti, mas não falei tudo. Sempre disse que a pesquisa era sobre criminalidade violenta. Eu queria saber como a justiça estava punindo os crimes violentos. De fato, eu estava fazendo isso. Mas não explicitiei que o recorte passava pela questão racial. Tinha certeza de que se eu colocasse isso de antemão os obstáculos ao acesso às fontes iam aparecer. Apareceram muitos obstáculos no cotidiano da pesquisa, que foi planejada para oito meses de coleta de dados e demorou dois anos. As pesquisadoras se depararam com assédio sexual, e houve toda uma discussão interna para saber como lidar com isso. Precisávamos manter as fontes, e por isso não podíamos “entrar de sola”, mas também não podíamos ceder. Daí a idéia de “recadinhos” implícitos, como: “Ah, você tem razão, eu vou mandar o meu namorado vir aqui resolver esse negócio, que ele entende bem dessa questão” etc., recados subliminares para poder lidar com esse tipo de coisa. E tinha ainda a “natureza”: janeiro e fevereiro são meses em que, em São Paulo, não se pode pesquisar processos na justiça, não porque o Judiciário feche, mas porque chove, e, quando chove, inunda o arquivo e você não pode pesquisar. Parece absurdo, mas é isso. O pesquisador começava no horário que era possível, a partir do meio-dia. Às duas e meia tinha que “levantar a barraca” porque vinha ordem do juiz: “Pára tudo porque vai chover, vai inundar”. E ainda outras dificuldades: “Hoje não tem mesa, hoje não tem cadeira...”

A outra questão que o Arruda colocou diz respeito aos réus primários *versus* réus reincidentes. Esta questão foi, de fato, coletada e o dado existe. Só que estou analisando isso com muita cautela. A reincidência é um critério que tem muito peso na cultura judicial brasileira, pois remonta, na verdade, a uma tradição do direito colonial, que está ligado às raízes religiosas jesuíticas: “cometeu o segundo pecado, não tem salvação”. Trata-se de uma análise difícil de ser feita porque não sabemos, muitas vezes, diferenciar o quanto a maior condenação para os negros está sendo, na verdade, regulada pelo fato de serem negros ou pelo fato de serem reincidentes. É necessária uma análise muito cautelosa, e eu, no momento, ainda não tenho uma resposta muito clara.

Respondendo a algumas das provocações, quero refletir um pouco sobre a falta de vontade política do Poder Judiciário: o quanto essas discriminações resultam de uma inércia, de uma omissão, até de um compromisso ideológico do Judiciário, ou o quanto isso tem a ver, por exemplo, com as dificuldades de acesso à lei. São questões para as quais eu não tenho respostas; tenho algumas hipóteses e, certamente, muitas delas tendem a ser retificadas ao longo de uma reflexão. Eu tendo a questionar um pouco a nossa tradição liberal de pensar a questão da igualdade jurídica. Em que sentido? De certo modo, nós assumimos

aquela idéia de que todo cidadão é, por natureza, igual aos demais e portanto tem que ter o mesmo tratamento legal. O que supõe que, na verdade, a lei deva desconhecer as diferenças, passar por cima delas, e que todos, independentemente das suas particularidades de raça, etnia, gênero, geração, devam ser tratados do mesmo modo. Ora, o interessante é que todas as práticas judiciais não são feitas para isso. Se você pegar as provas, os depoimentos, percebe que tudo é feito para discriminar, diferenciar, hierarquizar, classificar. O seu produto não é a igualdade, é a diferenciação. Na verdade, me incomodei muito com isso, que descobri através de algumas reflexões do François Ewald se reportando a Foucault. Foucault disse que é uma balela acreditar que a justiça foi feita para isso. A justiça, na verdade, foi feita para diferenciar. Mas o problema não é este. Não é que ela diferencie. O problema é que ela não consegue traduzir a diferença em direitos. Ou seja, não consegue traduzir a diferença em solidariedade. Este é o problema, que está relacionado com o que a Vera coloca da passagem desta experiência para o mundo das leis, para o mundo da legalidade. Parece que este é o problema de fato, o nó da questão.

Do ponto de vista da cultura do Judiciário, da cultura dos juízes e da magistratura, o grande problema é a neutralidade judiciária, que é tomada como neutralidade técnica. Os juízes argumentam que, no fundo, estão praticando o princípio da igualdade de todos perante as leis. Em última instância, eles estão dizendo que fazem uma leitura técnica dos autos. Se você partisse do princípio de que, na origem, os direitos são iguais, poderia dizer: “Bom, ele está usando o princípio da legalidade, fundado em uma neutralidade técnica”. Acontece que, na origem, você já tem uma desigualdade de fato. Negros e brancos não partem do mesmo acesso à justiça. E quando falo do mesmo acesso, é que o acesso é desigual em parte por origens socioeconômicas desiguais, mas fundamentalmente, e essa é a minha hipótese, também por uma desigualdade de acesso aos recursos de poder. Esta questão me parece fundamental. O acesso ao mundo da legalidade — dispor de juízes, de advogados, de assistência judiciária etc. — não é igual para todos.

O que significa discutir a tradução de uma experiência que é diferenciada em direitos? O que significa, no fundo, construir um mundo da solidariedade? Significa, de fato, trazer a problemática da desigualdade para o mundo público e político das decisões. Significa reconhecer que a sociedade é diferente, que os negros, por exemplo, são tratados de maneira diferente e que é preciso considerar este elemento no processo de julgamento. Ou seja, é preciso politizar o processo de criação do direito e de distribuição da justiça. É esta a questão que precisaríamos trazer para o espaço público. E há indicações de mudança aqui. A politização da presença do juiz no debate público aponta diferenças. Eu não sei até que ponto isso, no conjunto, afeta o cômputo geral das decisões.

Eu termino comentando as questões do Aurélio, sobre a discriminação positiva, e os efeitos diferenciados que aparecem em outras áreas das decisões judiciais. Com relação à discriminação positiva, tendo a concordar com os argumentos que a Sueli colocou e, talvez, a colocar uma questão a mais. Tenho visto muitos argumentos contra a discriminação positiva no seguinte sentido: se admitirmos que um cidadão entre na universidade por ser negro e não por competência, estaremos diante de um problema. Ora, eu quero, de fato, colocar no debate público o direito à diferença, um reconhecimento da diferença. Quando a discriminação positiva é contra-argumentada desta forma, eu me pergunto se também não há um fundo discriminatório. A própria formulação da questão é discriminatória. E, em decorrência disso, na questão da ineficácia, tendo a pensar que certamente nas outras instâncias da vida social encontraremos efeitos discriminatórios, mas que não necessariamente passam pela questão racial. Os efeitos discriminatórios com relação, por exemplo,

à desigualdade econômica; desigualdade de poder é um fenômeno mais ou menos geral que não passa necessariamente pela questão racial. Outras áreas da vida social, submetidas a julgamento, são muito sensíveis à problemática da discriminação racial. Nós temos que nos perguntar quais são as conexões que temos que fazer entre desigualdade e discriminação. Trata-se de um desafio teórico, em um certo sentido, e de um desafio político, do ponto de vista da militância.

Vera — Faço parte de uma pequena ONG, e o trabalho de Sérgio Adorno, este tipo de análise, me faz lembrar um trabalho que fizemos no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, quando, a pedido deste conselho, realizamos um estudo que chamamos de “Quando a vítima é mulher”. Analisando os processos nos casos de homicídio, percebemos como aquela vítima rapidamente se transformava em ré. Não era uma questão de ausência de legislação. A legislação estava muito clara, mas percebemos como na realidade os estigmas estavam presentes naquele processo, naqueles atores e como eles eram transformados. Na realidade, aquele trabalho foi feito no sentido de estabelecer um diálogo com o Judiciário, estabelecer não só este diálogo pela ausência das leis, mas estabelecê-lo através dos procedimentos e tentar, então, verificar os critérios de aplicação dessa lei, porque ela não é universal.

A outra provocação que vocês fizeram está sempre presente quando discutimos as políticas de “ação afirmativa”. Parece-me que toda vez que tentamos estabelecer ou explicitar o preconceito é como se ampliássemos o preconceito. Todas as vezes que discutimos a ação afirmativa, seja no caso das mulheres, seja no caso dos negros, a resposta é que isso vai reverter contra estes mesmos segmentos, porque ao explicitar o preconceito você pode ampliá-lo. Eu trabalho na USP e foi interessante a repercussão que teve recentemente um artigo que levantava a possibilidade de estabelecer cotas para entrada de negros na USP. O impacto foi imenso, eu não tinha a dimensão do que isso podia causar, e acho que esta discussão é necessária.

Concordo com a análise que a Sueli fez da novela. Olhando de uma perspectiva dos “não-negros”, esta novela acabou tendo um circuito de discussão em torno da elaboração do roteiro etc. Posso dizer para você que foi um aprendizado também para uma população “não-negra”, no sentido da necessidade de monitorar veículos dos meios de comunicação, porque eles não podem ser impunes. Ou seja, uma outra ação da cidadania.

É interessante o que o Eduardo levantou em torno do repúdio da sociedade brasileira ao conflito, o que nos leva à necessidade de repensarmos a própria construção histórica, eterna na política, do pacto das elites e da própria ideologia da democracia racial.

Alba Zaluar — A Sônia colocou elementos muito importantes para repensarmos todas as questões relativas à discriminação geral, seja contra a mulher, o homossexual, as populações negras e pardas etc. Mas, quando a Sônia vincula a desigualdade, acho que está sugerindo que talvez devamos pensar em outros termos, não no velho esquema jurídico de alcançar vitórias na legislação, ou simplesmente essa monitoração da mídia. A Sônia afirma que temos que nos preocupar mais com as políticas públicas e com a política social, especialmente porque afetam mais particularmente o caso dessas populações.

Temos um problema muito sério entre mulheres pobres no Brasil, que é a morte materna. Os dados são absolutamente vergonhosos. A taxa de morte materna, no Brasil, é uma das maiores do mundo. E, obviamente, essa morte materna atinge principalmente a mulher pobre, que não é apenas negra ou parda, é também branca. A maioria, no entanto,

é de mulheres pardas e negras. E isto não implica uma discriminação. Não é que o hospital se negue a tratá-las bem. É simplesmente um problema da política de saúde do Estado, que não faz um bom programa de pré-natal, que não faz exames periódicos das mulheres, e muitas morrem no parto ou pouco depois do parto. Isto gera um problema grave nas famílias pobres, porque muitas dessas crianças ficam órfãs, e acabam ficando com uma tia, uma avó, uma vizinha. São prejudicadas nos estudos — estou estudando a escola pública e me deparo com todos esses problemas no Rio de Janeiro.

A outra questão é a educação. O que aconteceu com a educação no Brasil? No momento em que se abriu a escola pública, houve uma entrada maciça das populações pobres na escola pública, e ela caiu de qualidade. No Rio de Janeiro, houve uma certa enganação com o “Brizolão”, quando gastou-se um bilhão de dólares na construção de prédios. O professor continua a ganhar pouquíssimo, continua a ser muito mal formado. E houve toda uma adaptação das idéias construtivistas baseadas no Piaget, que foi um absoluto desastre porque “passaram” as crianças automaticamente. Tem criança na segunda série que não sabe ler. Como é que você vai falar de cota na universidade com uma escola destas? A criança não sabe ler na terceira série. Como vai ousar pensar em se matricular na universidade? O que as crianças afirmam é que sua maior vergonha é não saber ler. E o que elas mais pedem, as crianças negras, pardas e brancas que nós entrevistamos, principalmente negras e pardas, é aprender a ler e a falar português direito. Trata-se de modificar as políticas públicas. E, neste sentido, a coisa muda um pouco, o jogo político muda. É preciso que o movimento negro entenda que necessita das alianças políticas, porque as políticas públicas configuram um enorme campo de conflitos. Cada um quer levar as políticas públicas para o seu setor. Trata-se, então, de fazer uma grande aliança para melhorar estes serviços, que vão realmente ajudar essa população a sair da pobreza.

Um outro exemplo é o problema das mulheres chefes de família, que aumentaram muito nas últimas décadas — não tanto como nos Estados Unidos, onde as chefes de família negras correspondem ao dobro do número de brancas. Seria muito mais simples, em vez de se gastar o que se gasta com todos esses projetos para ajudar a criança em situação de risco, o menor abandonado, que se desse meio salário mínimo por criança matriculada na escola. Isto resolveria o problema da criança que acaba perdendo a vaga na escola porque se ausenta um certo período; faria com que a família pobre pudesse, de fato, investir naquilo em que ela acredita. Quando você vai entrevistar as mães, nota que elas acreditam na educação. Elas acham que a educação é a base para ser alguém na vida. É a frase mais comum que se ouve. E aí, de novo, trata-se de fazer alianças políticas para que estas políticas sociais sejam mais efetivas.

Com relação ao problema da mídia, eu me espanto toda vez que venho a São Paulo e abro um jornal paulista. O inimigo número um é a TV Globo. Vocês me desculpem: o doutor Roberto Marinho é mulato. Ele é chamado, principalmente pelo pessoal da Igreja Universal, de “doutor Roberto Azul Marinho”. As piadas que correm no Rio de Janeiro a respeito da cor do Roberto Marinho são inúmeras. E, além do mais, acho que vocês conseguiram realmente um espaço na imprensa para colocar um problema. Não vou entrar no mérito daquela cena. Mas me espanta que vocês nunca tenham conseguido o mesmo espaço para falar do massacre das religiões afro-brasileiras na TV Record. Não encontraram, porque eu não li nem na *Folha de S. Paulo*, nem na *Veja*, nem na *IstoÉ*, nem nos jornais do Rio de Janeiro, que repetiram o que se falava aqui. Procurei, na ocasião, várias pessoas porque estava indignada. E escrevi sobre isto em vários dos meus artigos: como se identificava o diabo com os orixás etc. e os efeitos perniciosos desta identificação. Não encontrei

uma pessoa ligada aos movimentos negros — pelo menos no Rio de Janeiro — que se propusesse a fazer um artigo para o jornal “arrasando”, porque isso é um absurdo. Eu estava indignada, mas não vi esta indignação tomar conta do movimento negro. Eu me pergunto: o que há com a TV Globo aqui em São Paulo? Vocês também não se indignam com aquele programa horrível do SBT, *Aqui Agora*, ou outro do Sílvio Santos que apresenta aqueles pobres coitados que vão lá de uma forma absolutamente ridícula. Nunca vi vocês protestando. Vou dizer mais uma coisa: a Globo é, seguramente, a emissora de televisão que mais emprega negros. Não só atores, não. Você entra na Globo e encontra quase tantos negros como na UERJ, que é a universidade brasileira mais integrada. Aliás, eu fui para a UERJ por causa disso.

Sonia Alvarez (Fundação Ford) — Muitas das questões aqui levantadas me dizem respeito, pessoalmente. Trago para vocês o olhar de alguém de fora, de uma latina nos Estados Unidos que tem sido afetada por aquelas ditas “políticas de ação afirmativa”. Eu tenho uma perspectiva bastante pessoal sobre este assunto. Aqui no Brasil, as pessoas falam em ação positiva como se fosse exclusivamente cotas, enquanto há muitas outras políticas compensatórias possíveis. Se tudo se reduz a cotas, você corre o risco de “marcar”: “Está vendo? A ponte caiu porque o engenheiro era negro, era latino” etc.

Outra coisa que eu queria trazer de fora é que a questão do assédio sexual não é uma brincadeira. Existe regulamentação nas universidades e nos centros de trabalho dos Estados Unidos porque os homens não sabem diferenciar entre uma cantada desejada e uma indesejada. Temos então que fazer regras. Esta questão tem se resolvido não apenas nos tribunais, mas também, por exemplo, na Universidade da Califórnia, onde há procedimentos internos. É claro que existe a possibilidade de mulheres assediarem, quando têm algum poder sobre os alunos, por exemplo, mas é muito mais comum homens assediarem. E existem regras só para nortear. Não é para “cortar o barato” da possibilidade de uma cantada. Este não é o objetivo, nem é objetivo você não poder entrar em um elevador sozinho com uma mulher. Mas eu acho que tem sentido, e friso isto sempre para os meus assistentes homens: se eles deixam a porta aberta quando estão em uma consulta com uma aluna, ela pode se sentir incomodada por qualquer movimento, por qualquer “não-sei-o-quê”, trata-se de algo eminentemente subjetivo.

Com relação à questão da discriminação, ela não se mede só em função de logro socioeconômico. E, na minha experiência aqui no Brasil, vejo muita discriminação contra os japoneses. O fato de que os “japoneses” são chamados “japoneses” já é alguma coisa; quando você diz “cinco gerações no Brasil”, eles não são vistos como brasileiros! E ouço comentários do tipo: “Os japoneses estão tomando as nossas universidades”. “Japoneses”, quem? Eles não são brasileiros?

E, por último, acho que tudo isso ressalta que, se são importantes as políticas públicas e a justiça — partindo do que a Sueli colocou —, a dificuldade de fazer valer os direitos, de colocá-los na prática está relacionada com a representação cultural: é tão importante batalhar por ela como pela representação política ou por políticas públicas etc. Uma das formas de fazer isto é possibilitar que alunos negros e latinos sejam, como eu, nos Estados Unidos, professores na universidade. É necessário mudarmos a cultura e mudarmos as políticas públicas.

Olívia Maria Gomes da Cunha (UFRJ) — Eu só queria fazer uma pergunta à mesa. Todos enfatizaram muito a necessidade de marcar as diferenças. Eu queria entender um

pouco mais o que vem a ser diferença. Não estaríamos tomando a idéia de diferença de uma maneira muito naturalizada? A diferença é construída. Há um estudo, ao qual muitos de nós já tivemos acesso, que, sem dúvida, é paradigmático para todos do campo das ciências sociais: o livro do Nina Rodrigues, escrito antes da reformulação do Código Penal do final do século XIX, chamado *As raças e a responsabilidade penal*. Nele, Nina Rodrigues mostrava que as leis, já naquela época, penalizavam mais os pretos e pardos. Como médico que conhecia muito bem esses assuntos do ponto de vista médico-legal, sustentava a seguinte opinião: temos que ter leis diferentes para negros e pardos porque negros e pardos são diferentes. Essa diferença era, obviamente, uma diferença do ponto de vista médico-legal, lombrosiano. Mas, já naquela época, havia a constatação por parte dele de que o meio, a sociedade contribuía para que problemas atávicos e hereditários levassem cada vez mais à loucura, e a loucura, por sua vez, ao crime, ao desregramento. De que diferença estamos falando?

Antônio Carlos Arruda da Silva — Com relação à questão das cotas e ao documento que a USP divulgou e que levantou inúmeras polêmicas. Eu fiz parte dessa comissão da USP, bem como a Sueli, que discutiu esse documento, que fez esse documento. Nós sabíamos que isso iria provocar uma discussão. Acho que é fundamental na questão racial no Brasil, na questão de gênero, um enfrentamento. É por isso que afirmo — e o Omar entendeu de uma outra forma — que esse problema não pode ser só nosso — dos negros. E é neste sentido que a questão da ideologia da democracia racial passa pela idéia de que “isso é um problema ‘deles’”. Não é um problema “nosso”: é um problema de vocês — brancos. Nós queremos cotas, ações afirmativas. Queremos colocar na mesa essa discussão. E é preciso dizer que não temos a possibilidade de chegar na mídia como chegam outros setores; por isso, quando tomamos alguma atitude, a mídia é absolutamente seletiva conosco. Seletiva: isso interessa, isso é notícia, aquilo não interessa. Quer dizer, não adianta entrar com ação contra o Edir Macedo — que foi notícia. As ações perpetradas contra a Igreja Universal não são um problema. Eu acho que nenhuma dessas ações foi tomada pelo SOS Racismo, pelo Geledés. No entanto, outros setores entraram com ações. Eu fiquei um ano fora do Brasil, e durante esse período acompanhei isso via Internet. Quando voltei, chamei pais-de-santo para discutir no Conselho da Comunidade Negra — do qual atualmente sou presidente — novas ações contra a Igreja Universal. E vamos tomá-las. Vamos fazer de forma que tudo isso tenha um resultado positivo.

Quando pensamos no SOS Racismo, não foi no sentido de resolver e enfrentar todas as questões raciais do Brasil, o que é absolutamente impossível: uma só organização, em um país em que somos 80 milhões de pessoas... Quer dizer, as ações do SOS Racismo são para atender às pequenas vítimas de discriminação racial, e nos casos maiores as ações são para provocar, para que a população compreenda que pode procurar não só o SOS Racismo do Geledés, mas outros serviços, outros advogados, outras organizações.

Há muitas pessoas que ganham prêmios por sua luta pelos direitos humanos: mas nós estamos em um lugar invisível, lutando lá “embaixo”. Quando eu digo “nós”, estou dizendo o movimento negro, o movimento social mais antigo deste país. Nós nunca ficamos em uma posição de passividade, nunca nos conformamos com a situação de trabalhador escravizado e, desde que aqui chegamos, lutamos contra isto. É impossível nos responsabilizar porque isso não vira uma grande notícia. Isto está relacionado com o que chamei de “patamares de indignação”. Quando o alvo é a Rede Globo, é lógico que o fato se transforma em notícia. Outras ações ou lutas não são notícia.

O Roberto Marinho não é mulato, não. Ele é “branquinho”. Eu penso o seguinte: “tem o pé na cozinha, na senzala”, é negro. Agora, politicamente, quando o sujeito faz o que faz, por exemplo, na campanha da Benedita da Silva, não podemos dizer que, um dia, ele vai se sensibilizar conosco. Porque só a emissora dele tinha, coincidentemente, cinco câmeras, em cinco prédios, em praias diferentes, no dia dos arrastões. Não podemos ser responsabilizados, inclusive, pelo racismo das pessoas. É demais para nós. Todo mundo viu que, na campanha da Benedita, o *Fantástico* noticiou os arrastões: imagens de negros correndo na praia, em várias praias, na mesma hora, na cidade do Rio de Janeiro. E só a Globo tinha câmeras.

Sueli Carneiro — Eu concordo com o que a Alba afirmou em torno da necessidade de um pacto. Mas acho que hoje, para os negros organizados, não interessa nenhum pacto que escamoteie o peso do racismo, da discriminação. Nestas condições, não nos interessa. Vamos para o conflito racial aberto: que ele fique claro. A democracia racial já cumpriu o seu papel, um pacto que escamoteou a violência racial praticada neste país, e não serve mais. Temos que enfrentar, de uma vez por todas, a realidade de que existe um problema racial neste país. As políticas têm que partir da base de que há uma desigualdade racial e uma permanente discriminação racial no país. Eu vivo isto há anos. Ou seja, vamos construir uma sociedade intencionalmente democrática, que respeite a diversidade, plural. É para isso que estamos todos aqui.

Na questão da mídia, acho que é importante registrar que no SOS temos ações contra a *Folha de S. Paulo*, contra *O Estado de S. Paulo*, contra a Benetton do Brasil, contra o SBT, contra Igrejas e, inclusive, contra a Rede Globo. Acontece que neste país ou deu na Globo e na *Folha de S. Paulo* ou não existe. Nós fizemos, no dia 20 de novembro, uma marcha dos negros a Brasília, noticiada pelos jornais de lá e que a Polícia Militar registrou em quinze mil pessoas. Sabemos que, quando a Polícia Militar fala em quinze mil, podemos começar a rir, pois pelo menos garantiram-se trinta mil. A *Folha de S. Paulo* disse que havia quatro mil pessoas. A *Folha* tem, hoje, a importância e a capacidade de construir ou destruir um fato, de valorizá-lo ou desvalorizá-lo, assim como a Rede Globo. E foi a *Folha* que construiu a polêmica em relação a *Pátria minha*. Não fomos nós. Nós nos indignamos, como legitimamente temos o direito de fazê-lo. O resto foi construção de mídia. Do ponto de vista do SOS Racismo é muito mais importante notificar, dar a conhecer ao público que fomos capazes de botar na cadeia um policial militar que assassinou um *rapper* no metrô de São Paulo. E essa notícia, embora tenha sido sistematicamente enviada para os meios de comunicação, não foi veiculada. Pela primeira vez se penaliza, com conteúdo de violência racial, um policial militar. Outro fato inédito: quem testemunhou contra esse policial militar foi uma policial militar feminina negra. E isto não é notícia. Agora, do ponto de vista da violência racial que se pratica neste país, da violência policial a que particularmente os homens negros são submetidos todos os dias, era muito mais importante para nós dar visibilidade a um caso como esse do que a questão da novela. Nós fomos a primeira organização que conseguiu reparação para um dos 111 mortos no Carandiru. Isto também não é notícia.

Tem uma coisa que o Omar falou que me incomodou, e eu queria fechar com isso. Ele afirmou que a família negra da novela *A próxima vítima* acabou sendo uma faca de dois gumes, que não representava a realidade de uma família negra no Brasil. Quero registrar o seguinte: se novela é “verdade”, nós negros exigimos ser retratados na nossa diversidade, porque os negros não são todos iguais e não são os imbecis consagrados pela mídia. Agora,

se novela é “mentira”, então nós queremos ser bonitos, ricos e charmosos como os brancos sempre são.

Sônia Corrêa — Gostaria de reagir às provocações da Alba e da Olívia. No que se refere à mortalidade materna, o Brasil tem dados proporcionalmente absurdos, comparáveis aos de Honduras. É dramático pensar que milhares de mulheres, no terceiro milênio, estejam morrendo de mortalidade materna em um país urbanizado. Agora, são números pequenos se você considerar um compromisso de erradicação. A Conferência do Cairo, que o Brasil assinou, diz que a mortalidade materna deve ser reduzida em 50% até o ano 2000. A minha proposta para o país, hoje, é que se a erradique totalmente até o ano 2000. Porque não me parece difícil erradicar mortalidade materna partindo dos valores absolutos que temos aqui.

Temos que pensar no aborto como um procedimento médico voltado para as mulheres. Não ter acesso a ele pode ser considerado discriminação, e podemos pensar que a falta de assistência médica adequada e do atendimento adequado no pré-natal e no parto é uma forma de discriminação em escala macro. Isso talvez seja um argumento interessante para usarmos, inclusive juridicamente. Vimos dizendo que não há vontade política para implementar condições adequadas no país. Mas não há vontade política por quê? Porque são as mulheres, e as mulheres não são importantes. Então, você pode fazer o raciocínio no sentido positivo da noção de discriminação.

Foi ótimo a Olívia ter falado de naturalização e diferença. Não sei se vocês observaram, mas não usei a palavra “diferença” nenhuma vez. E tenho evitado fazê-lo, exatamente porque uma coisa é pensar a diferença como sinal diferencial nesta reconstrução dos discursos políticos e da transformação da sociedade, outra é a diferença como marca naturalizada. E, para retomar minha afirmação de que com relação a assédio sexual, estupro, violência doméstica não se pode usar “discriminação”, é porque acho que uma das questões centrais das relações de gênero no Brasil é a naturalização do que é “ser homem”, do que é “ser mulher” e, sobretudo, da sexualidade. Sexualidade, no Brasil, é pensada até hoje como instinto; portanto, incontrolável. Um bom exemplo disso é o “Bráulio”: “não sou eu, é o Bráulio”, “o Bráulio faz, acontece”, “o Bráulio apronta e eu não tenho responsabilidade sobre ele”, “o Bráulio é ‘outro’, não sou eu, ele está fora da minha ação como ser humano”... E eu acho que essa é uma das questões centrais das relações de gênero no Brasil.

E, finalmente, a Sonia Alvarez levanta a questão da exemplaridade. Acho que essa exemplaridade nós temos nas mulheres. O movimento negro também tem feito uma exemplaridade sem nenhum mecanismo e procedimento claro de ação afirmativa neste país. Até passando pela prova difícil da competência, nós temos feito. Por que não traduzir isso em mecanismos? Isso que temos feito a duras penas, no movimento social e nas nossas lutas políticas dos últimos quinze anos.

Sérgio Adorno — Só quero dizer que quando estou falando em “diferenças” não estou falando em diferenças em termos naturais; estou me remetendo ao modo como a sociedade distribui o poder e recursos e ao modo como ela constrói isso em termos de identidades. É isso que está, no meu entender, no debate. Queria terminar agradecendo, e dizer que foi uma felicidade estar aqui e ter participado desse debate extremamente rico. Rico no sentido de que ele não só trata de questões substantivas do ponto de vista da ação política, da militância, mas para nós, envolvidos com pesquisa, é imensa a quantidade de

questões do ponto de vista da reflexão. Eu queria parabenizar enfim os organizadores por essa iniciativa.

Eduardo H. P. de Oliveira — É muito difícil discutir esse tema sem observar uma reação muito comum das pessoas de achar que, pelo fato de ser negro e estar falando em discriminação, você necessariamente está fazendo um discurso apartador e discriminatório, racista. Quero deixar claro que, em nenhum momento, nem quando fiz referência aos descendentes de japoneses — aliás, o tempo todo falei “descendentes” —, quis passar esta impressão. Acho que esta é uma questão que temos que problematizar — talvez não o suficiente em um debate como esse —, para perceber que os imigrantes tiveram, nesse período da história do Brasil, oportunidades de reverter situações de miséria que eram claras. Possibilidades que outros setores da população não tiveram. Eu acho que isso é fundamental para pensar o discurso da democracia racial.

Outro ponto: quando falo “multiculturalismo” não estou de forma alguma naturalizando a questão da diferença. A diferença é construída na relação e na atribuição de estigmas. Acho importante o que a Olívia falou com relação às ciências sociais, porque elas mesmas não conseguiram escapar do perigoso binômio “natureza/cultura”. Isso que a Sônia falou é importante por isso: a naturalização de fenômenos que são pura construção social. A experiência social do Brasil pode ser importante para rever as tais naturalizações.